

terramaia

#5
INFOMAIL



M1111

მ

Terramaia #5

Publicação semestral do Município da Maia

Edifício dos Paços do Concelho
Praça do Doutor José Vieira de Carvalho
Maia

Propriedade
Município da Maia
revistaterramaia@cm-maia.pt

Edição
Pelouro de Planeamento Territorial, Mobilidade
e Transportes e Pelouro da Cultura

Diretor
Mário Nuno Neves

Editor e Responsável Científico
José Carlos Portugal

Coordenação Editorial
Sofia Barreiros

Produção
SCOPIO EDITIONS

Consultor Editorial
Pedro Leão Neto

Design
Né Santelmo
Artur Leão

Impressão
Tipografia Lessa

Julho, 2023

ISSN 2184-6448
ISBN: 978-972-8315-78-8
Dep. Legal - 465190/19
Tiragem
60.000 exemplares

(Legal) - Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida, copiada ou transmitida de qualquer forma ou por qualquer meio ou armazenada em qualquer sistema de armazenamento ou recuperação de informações sem a permissão por escrito do editor. Todas as fotografias apresentadas neste livro são © dos fotógrafos.

Os textos estão publicados respeitando as regras ortográficas adotadas por cada autor.



Autores - Fotografia

Renato Lainho
p. 8, 10 e 11

Coletivo Landra, Sara Rodrigues
e Rodrigo Camacho
p. 18-21

Hugo Adelino, fotografo da
Bienal 2021
p. 22, 24, 26 e 27

Dora Couto
p. 25

Ciência Viva – Agência Nacional
para a Cultura Científica e
Tecnológica
p. 28 e 29, 30 e 31

Fotos Cartazes: Espólio Empreza
do Bolhão, CMM
p. 32

Foto Gabinete Bolhão: Arquivo
Municipal do Porto
p. 34

Autores - Textos

Ana Noronha
André Tomé Ribeiro
António Leite Ramalho
Artur Ferreira Branco
Francisco Ferreira
Joana Mendonça
José Maia
José Carlos Portugal
Márcia Soares Batista
Mário Nuno Neves
Rodrigo B. Camacho
Rui Teles de Menezes

Capa

Copyright © Artur Leão
“na orla das pedras”

Contracapa

Citação por Mário Nuno Neves

Nota de Abertura

A Terra Maia não é uma revista para ser lida
num só fôlego
António Domingos da Silva Tiago

1

Editorial

Ninguém ama o que não conhece e ninguém cuida
do que não ama.
José Carlos Portugal

2

Ordenamento do Território

A cidade em transformação e o “mito do eterno retorno”
António Leite Ramalho

4

A boa vida, o Rio Leça e a biofilia
Artur Ferreira Branco

8

Mobilidade

Mobilidade suave no concelho da Maia
Márcia Soares Batista
André Tomé Ribeiro

12

Participação Pública

Espaços vitais, espaços de vitalidade
Mário Nuno Neves

16

Cultura Emergente
Sara Rodrigues e Rodrigo B. Camacho
LANDRA – Artistas interdisciplinares

18

Cultura e Ciência

Arte Contemporânea como potenciador de
mudança nos lugares da Bienal da Maia 2021

Joana Mendonça
José Maia

22

Ciência Viva: 25 anos
a aproximar a ciência dos cidadãos

Ana Noronha

28

História

A fantástica descoberta da Empreza do Bolhão
Rui Teles de Menezes

32

Fecho: Aguardemos...!
José Carlos Portugal

36

A TERRA MAIA NÃO É

UMA REVISTA PARA SER

LIDA NUM SÓ FÔLEGO

A existência de uma política editorial no Município da Maia visa, antes de mais, proporcionar à comunidade concelhia informação e opiniões dotadas de reconhecida credibilidade, sobretudo porque se sustentam num conhecimento especializado nas matérias abordadas e partilhadas com os diversos públicos.

Na verdade, a revista Terra Maia é uma publicação que se reveste de um carácter muito próprio, posto que conta no seu corpo redatorial, com o contributo de pessoas que pela sua formação, elevado nível de conhecimento e experiência profissional, aportam ao conteúdo desta publicação, com os seus doutos escritos, um nível de qualidade cultural que faz dela um colecionável a não perder.

Esta 5.ª edição confirma a sua linha editorial, quer no que respeita à criteriosa seleção dos temas que têm vindo a ser abordados, como no que alude à forma cuidada e exigente da linguagem utilizada em todos os textos contidos nas suas cinco edições.

A Terra Maia não é uma revista para ser lida num só fôlego, ou folhear à procura de títulos magnéticos que nos atraiam para uma leitura instantaneamente digerida, bem pelo contrário, é preciso tempo e disponibilidade mental para absorver a profundidade do pensamento e das reflexões críticas que estão plasmadas nalguns textos cuja densidade intelectual exige, não raras vezes, uma releitura mais atenta. Agradeço a todos os autores e na pessoa do Vereador do Pelouro da Cultura e Conhecimento, Mário Neves, saúdo e felicito toda a equipa que dedicadamente tem vindo a dar à estampa a Terra Maia.

O Presidente da Câmara Municipal da Maia
António Domingos da Silva Tiago

NINGUÉM AMA O QUE NÃO CONHECE E NINGUÉM CUIDA DO QUE NÃO AMA.

“Eu gosto da paisagem. Mas amo-a duma maneira casta, comovida, sem poder macular a sua intimidade em descrições a vintém por palavra. Chego a uma terra e não resisto: tenho de me meter pelos campos fora, pelas serras, pelos montes, saber das culturas, beber o vinho e provar o pão. E quando anoitece volto, como agora, cheio do enigma que fez cada região do seu feitio, tal e qual como pôs nas costas do dromedário aquela incrível marreca, e no pescoço do leão aquela fantástica juba.”
Miguel Torga, in “Diário (1942)”

Passei (e passaremos, eu e a Mãe dos nossos filhos) uma substantiva parte da nossa vida a pagar com esforço a um banco o privilégio de ser proprietário de uma porção modesta de espaço habitável, integrada num edifício urbano multifamiliar, por sua vez, parte de uma urbanização densa. Esta família leva trinta anos de projecto de vida a honrar esse compromisso financeiro.

Comprar. Vejamos então que contrato é esse que assinámos e cumprimos durante grande parte da vida. O que é que, ao certo, compramos o direito a usufruir quando compramos uma habitação - seja num edifício de habitação colectiva, seja num loteamento de moradias? Aparentemente poucos temos a consciência de que não estamos apenas a comprar os metros quadrados construídos onde quotidianamente vamos “fazendo pela vida”. Não. Numa sociedade organizada e num território urbano bem gerido, com o casulo comprámos também um cadinho do “lá fora”. Comprámos também uma porção da rua ou da praceta onde fica a nossa casa. À frente da nossa casa há uma rua e no fim da nossa rua há uma praceta e em ambas há uma porção que é nossa por contrato e é nossa por condição. É nossa por contrato porque a casa não existe sem a rua ou a praceta ou o jardim, e é nossa por condição porque somos parte incidível dos todos-como-nós, os vizinhos - somos comproprietários de um território.

Ora, a verdade é que, muitos de nós não entendem o espaço público dessa forma, ignorando que no custo que suportamos ao adquirirmos uma casa, vai incluído o direito ao usufruto desse complemento de espaço público. Num certo sentido, a cidade é aquilo que não sabemos que comprámos. E esse espaço público, a sua qualidade arquitectónica, ambiental e convivial (urbanística, lato sensu), são um direito inerente à titularidade individual de uma fracção urbana.

As Cidades felizes não são feitas de somatórios de habitantes, são feitas de comunidades cooperantes, de cidadãos que somam valor ao facto de terem escolhido empenhar grande parte da sua vida para viver nesse lugar e não noutro.

E crescer esse valor significa, entre muitas outras coisas usar, de facto, os espaços públicos e empenhar-se na participação cidadã de, usando-os, ir sugerindo ideias para melhorias e avanços junto das organizações de proximidade e, no limite, da Autarquia. Dentro de portas temos a dimensão da “nossa pequena felicidade indispensável”. Fora de portas, temos o Mundo que representa “a nossa grande felicidade imprescindível”, na medida em que quanto mais acantonados estivermos, precisando, mais depressa deixaremos de conseguir lidar com as dificuldades pessoais. Não há volta a dar a isto - somos intrinsecamente gregários e o Espaço Público é propriedade comum!

Caminhar pela Cidade e dar tempo de atenção a tudo o que nos desperta possibilidades, é cultivar o gosto pelo lugar onde se vive. Uma Cidade feliz é um sítio onde, por exemplo, a Arte e a Ciência correm à solta pelas ruas, largos, praças e jardins. E calcorrear os campos dos arrabaldes ou subir os rios e deixar-se tomar pela maravilha misteriosa da vida natural, raiz seminal da dos parques e jardins. E ir ver o Céu à noite para fazer as perguntas mais difíceis, cujas respostas estão mais escondidas dentro de nós. E, assim, fora de portas, deixarmo-nos tomar pelo assalto da surpresa, da dúvida e do deslumbramento que nunca jamais algum “Fortnite”, mesmo com um muito evoluído *software* imersivo, substituirá.

Este quinto número da TM, muito retardado por inenarráveis vicissitudes, oferece-nos esse caleidoscópio de maneiras de entender e usar tudo aquilo a que, afinal, temos pleno direito.

Sob a luz de referências iridescentes culminando em Lewis Mumford, Aristóteles e Walt Whitman, António Leite Ramalho, apresenta a sua formulação do “Civitas-Urbis-Polis”, decantada pela sabedoria que a escultura pelo tempo sempre desvela. As “modernas cidades sacrílegas” garantindo, ainda que mal, a mobilidade casa-emprego, “não deixaram lugar para o amor”. Como encarar nestas *metápoles* que inoculam a uniformização por via da info-robotização sem a fuga ao ur-

bano, a dispersão, o isolamento? Talvez resistir e acreditar nas “paisagens de ligação”, nas “novas conurbações”. Um texto estimulante, com uma visão lúcida.

Na TM#01 (Janeiro de 2020) pode ler-se: “O ar, como nenhum vale de nenhum rio, conhecem fronteiras”. Por essa altura, andava Artur Ferreira Branco a alavancar esforçadamente o que hoje é a Associação Corredor do Rio Leça. Não há, nem haverá jamais, uma ida a um *Shopping* muito espantoso que supere a emoção da surpresa procurada nas margens do Leça, ao avistar o “multi-azul” das asas de um guarda-rios no seu voo rasante sobre a corrente. Dura uns poucos segundos, mas nunca mais se esquece. E, assim, fica importante.

O trabalho do Departamento de Sustentabilidade Territorial concentra-se em dedicar uma porção cada vez maior do Ordenamento Territorial à sabedoria de planear crescimento urbano equilibrado e verdadeiramente inteligente – contendo e bem arrumando as novas edificações, e enfatizando o valor da paisagem prístina, facilitando o seu usufruto, por maiores que sejam as dificuldades. Um trio de seniores da Divisão de Planeamento Territorial, sumaria numa resenha muito gráfica como podemos, já hoje, procurar conhecer melhor este território.

Prosseguindo o seu constante desafio para que o “planeamento” (“... no plano teórico, no casulo dos gabinetes, fruto do imaginário dos técnicos...”) incorpore mais, e mais ainda, capacidade preditiva para o sucesso efectivo do realizado, o texto de Mário Nuno Neves deixa claro que o que cada vez mais e melhor se percebe é que o que falta não é tanto capacidade técnica quanto proximidade à realidade. Por outro lado, “sentindo-se a realidade” como bem mais volátil do que a capacidade que temos de a incorporar, o texto lança-nos em inquietação.

Deveremos arrancar ou “queimar” todas as ervinhas que nascem nas juntas das lajes de granito da Praça do Município? Não, não devemos! A micro-flora urbana (quantos reparamos nela?) não é uma peste nem sinal de doença. É o oposto, uma prova de maravilhosa resiliência e um sinal de saúde. Sara Rodrigues e Ricardo Camacho, do colectivo LANDRA, explicam que se não existissem ervas-daninhas, não existiriam as outras – comestíveis, aromáticas ou flores. Sem atentarmos nessa “massa de vida espontânea”, tudo o que julgamos saber sobre flora pode bem ser um pouco mais do que coisa nenhuma.

José Maia (curador da Bienal da Maia 2021) e Joana Mendonça advogam a Arte na Rua, partilhada, exposta, debatida, renovada, dinâmica, aberta.

A arte tem mesmo que “ocupar a Rua”. As salas dos museus, sabemos há décadas, já não esgotam a função da Arte. Se a Arte se confinar às salas dos Museus, transforma-se num (mais um) produto turístico ao nível da gastronomia e dos “*tours sightseeing*”... A cultura do “*spot*”, difundida pelas plataformas e aplicações digitais disponibilizadas ao turismo, desempenha um papel importante na dinâmica económica do País. Todavia se, por essa via e com esse desígnio, consumirem todas as energias da promoção/produção artística, obliteram totalmente a capacidade de se afirmarem projectos de partilha destinados ao público local. Não deixam de ser curiosos os sinais mais recentes de que, mesmo os turistas estrangeiros, procuram cada vez mais a possibilidade de experienciar vivências com autenticidade e enraizamento local.

Ana Noronha sumariza o conceito-projecto Ciência Viva, no qual a Maia tem condições para se afirmar como parceiro de referência. A menina que perguntava em todas as salas de adultos “porque é que as estrelas não caem do Céu?” (sem nunca obter uma resposta convincente), acabou a tentar construir e partilhar respostas possíveis e só talvez possíveis, por cidades, vilas e aldeias; montes, praias, vales e rios deste País. O tanto que, sem o sabermos, não sabemos sobre as coisas mais simples que nos rodeiam e fazem a nossa vida quotidiana, mesmo aquilo em que não reparamos e que, para nós, nada de especial significa, encerra explicações maravilhosas e inspiradoras. A curiosidade é a espoleta do conhecimento e há poucos prazeres que superem o de perceber algo de que se desconhecia quase tudo. Por norma a Ciência é uma espécie de arte mágica, encantatória, porque transforma coisas banais em maravilhas.

Rui Teles de Menezes leva-nos, desta feita, a uma das mais notáveis descobertas e aquisições recentes. Da sabedoria faz parte o instinto de perceber, em tempo útil, que uma jóia estava no limiar da perda negligente. A Maia adquiriu um espólio espantoso. Vejam e reconfortem-se por não se ter perdido.

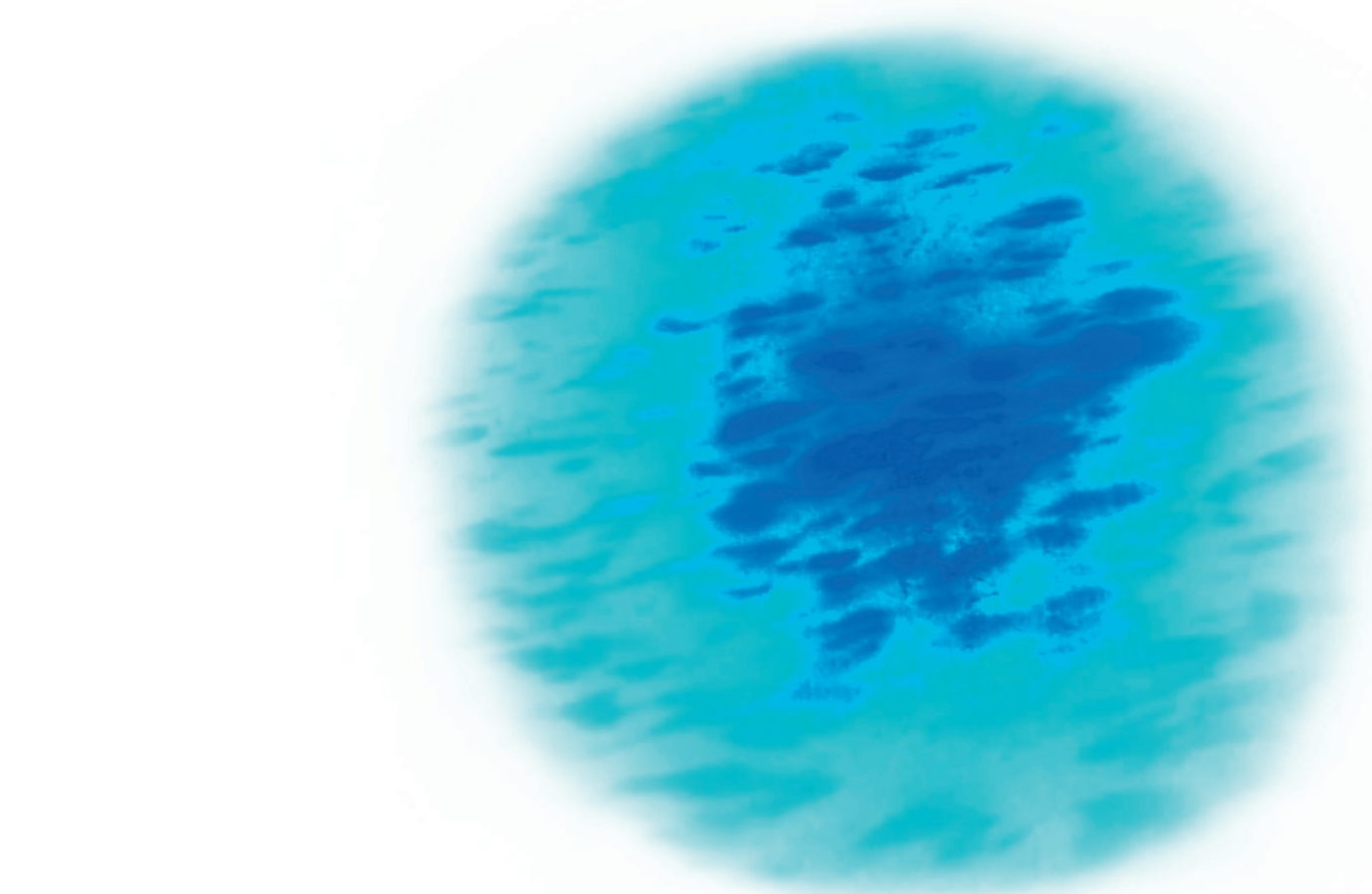
Matéria vária neste número, para ajudar a perceber que o lugar onde vivemos tem Mundo dentro e ao lado. Não acaba na vidraça da janela nem sequer no fim da última rua asfaltada.

Sair de casa, do casulo. Fazer caminhos caminhando. Ver tudo e tudo receber. Conhecer gente. E gostar de adormecer empanturrado de achamentos.

Nota: Neste número a Secção “Cultura” evoluiu para “Cultura e Ciência”.

José Carlos Portugal
Arquitecto, Consultor do Município da Maia

A CIDADE EM TRANSFORMAÇÃO E O “MITO DO ETERNO RETORNO” (*)



(*) Ensaio de Mircea Eliade sobre as concepções das sociedades arcaicas, particularizando nelas a recusa do tempo histórico e a nostalgia do tempo mítico das origens.

INTROITO “Ah eu já tentei / Mandar pintar o Céu / Em tons de azul / P’ra ser original. / Só depois notei / Que azul já ele é / Houve alguém / Que teve ideia igual.” (extraído do tema “O Anzol”, do grupo musical Rádio Macau). Em contraponto, no âmbito da atual crise civilizacional e da desejada mudança de paradigmas, é absolutamente necessário que tentemos pintar a Terra, na cor e no modo de viver, em tons de “verde” – desde logo, no panorama nacional, nos planos e programas de ordenamento do território de última geração. Não para sermos originais, porque “verde” já ela era e ainda vai sendo. Mas o surgimento das cidades, que ao longo de dois séculos evoluíram para “metrópoles”, “metápoles” e “urbano-superfícies”, espargiu no território vivido um “cinzento” tal que haveria de generalizar a percepção de uma paisagem urbana sem cor e harmonia, como consequência dos seus défices de organização, ou melhor, de ordenamento, com acelerada irradiação às áreas não urbanizadas mais próximas expectantes, conforme a história da cidade o demonstra. Os primeiros assentamentos agrários conhecidos terão ocorrido há 11000 anos e as cidades terão surgido há 6000 anos, nos

vales férteis dos rios Nilo, Tigre, Eufrates e Indo. Mas a urbanização, entendida como o processo de disseminação das áreas urbanas, tem início no século XVIII, com a emergência da Revolução Industrial. À entrada do século XIX apenas 3% da população mundial vivia em áreas urbanas. Durante a primeira metade do século XIX o valor aumentou para 15%, em resultado da intensificação da industrialização e da expansão do setor de serviços. Atualmente, 55% dos cerca de 8 mil milhões de indivíduos que totalizam a população mundial vive em áreas urbanas, sendo previsível um aumento para 70% até 2050. Não se vislumbra, pois, o retorno do crescimento e da densificação das áreas urbanas, antes pelo contrário. Todavia, ainda não será mito a capacidade de o ser humano interagir com o mundo que o rodeia, no sentido de satisfazer as suas necessidades no presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades, não obstante o percurso incerto de alguns paradigmas (por se encontrarem em mudança) que têm, hoje, que ser equacionados no processo de transformação da cidade. A isso corresponde uma visão e uma estratégia de sustentabilidade.

A MUDANÇA DE PARADIGMAS E O “TEOREMA DE PITÁGORAS” (*)

(*) Num triângulo retângulo, o quadrado do comprimento da hipotenusa é igual à soma dos quadrados dos comprimentos dos catetos.

O Teorema de Pitágoras adaptado à sustentabilidade territorial e ambiental

[Informação² + Conceção² = Comportamento²]

1. O PARADIGMA INFORMACIONAL OU UM DOS CATETOS

No epicentro da metamorfose urbana à escala global, acha-se uma “revolução tecnológica” organizada em torno das novas tecnologias de informação. A difusão dessa informação para qualquer lugar a partir dos centros tecnológico-industriais é hoje facilitada pelas “autoestradas da informação”, que em larga medida têm contribuído para uma modificação dos modos de construção das cidades e de desenvolvimento das sociedades. O princípio ativo do “paradigma informacional” emergente é a “economia global”, em que as atividades estrategicamente dominantes funcionam como unidade a nível planetário em tempo real ou potencialmente real, de que são exemplo, os mercados de capitais, a gestão de empresas e a produção industrial. Nesta conjuntura, enquanto o capital é global, a maior parte do trabalho é local.

A nova “economia global” articula-se territorialmente em torno de redes de cidades e estas dependem cada vez mais das formas dessa articulação. Ao mesmo tempo que as cidades ganham posição na “economia global” através da competitividade, integram e estruturam, igualmente, a sua sociedade local.

De facto, a informação ocupa um lugar cada vez mais importante nas atividades económicas e sociais, e as “novas tecnologias” permitem o transporte de informação para longe e depressa. Elas anulam as distâncias e desprezam o espaço, proporcionando que as atividades económicas e sociais possam localizar-se em qualquer lugar.

Hoje, são as atividades estrategicamente dominantes, ordenadas em redes globais de decisão e intercâmbio, a fazer emergir uma nova “forma urbana”, tanto visível – por conseguinte, materializante – quanto sensível – tão só virtual. Com o advento das novas tecnologias da informação e comunicação a interdependência gerada sucede quotidianamente em tempo real, sancionando uma nova era da história da humanidade – a era da informação.

1 MITCHELL, William J., *City of Bits: Space, Place and the Infobahn*, Cambridge, MIT Press, 1994.

Os processos de urbanização, a cidade e os cidadãos, espelham as mudanças estruturais em curso, e ao contrário do pensamento dos deterministas tecnológicos, as telecomunicações não diluem os centros urbanos, antes tendem a concentrar a população em aglomerados territoriais, porque permitem a gestão e a comunicação entre si de sistemas urbanos e rurais distantes.

A nova fronteira da gestão urbanística consiste em situar cada cidade em condições de afrontar a competição global de que depende o bem-estar dos seus cidadãos. Mas as políticas urbanas praticadas até agora parecem desfasadas diante dos desafios da globalização da economia e da tecnologia, frente à localização da sociedade e da cultura.

Com vista à orientação dessas mesmas políticas, há que ter em linha de conta que “no século XXI a condição de urbanidade civilizada pode-se basear menos na acumulação de objectos e mais no fluxo da informação, menos na centralidade geográfica e mais na conectividade electrónica, menos no aumento do consumo e dos recursos escassos e mais na sua gestão inteligente. Descobriremos cada vez mais que podemos adaptar os lugares existentes às novas necessidades conectando de novo o equipamento, modificando a informática e reorganizando as conexões em rede, sem necessidade de demolir as estruturas físicas e construir outras novas”¹.

2. O PARADIGMA CONCEPTUAL OU O OUTRO CATETO

Como já vimos, a cidade contemporânea tem vindo a ser transformada num espaço multidimensional, adaptando-se constantemente à sociedade que nela habita. Este processo de fragmentação das estruturas antigas, em resposta a transformações socioeconómicas das sociedades, tem ocorrido ao longo de toda a história. Servirá de exemplo o pré-urbanismo do século XIX, caracterizado, grosso modo, pela racionalização das vias, especialização dos sectores urbanos e suburbanização. Ao mesmo tempo que a cidade do século XIX começa a “tomar forma”, são criados movimentos de reflexão, decorrendo daí diversos estudos de cidade que projetam imagens da cidade futura (na designada idade de ouro das utopias). Do pré-urbanismo surgem “modelos” que ora se foram testando, ora não chegaram a passar de concepções teóricas. Então, não só tomava “forma” a cidade, como também os discursos teóricos que haviam de influenciar a prática urbanística. Já o século XX – designado como a era das “metrópoles”² – desperta a atenção para outras escalas dimensionais de interpretação do urbano. Para definir as aglomerações urbanas que invadem uma região, por influência de uma grande cida-

2 Na antiguidade a “metropolis” grega era a “mãe das cidades”, origem e organização de um império assente numa rede de cidades-portos e assentamentos militares que materializavam o poder de uma civilização.

de, emerge o termo “conurbação”. É o advento das “urbano-superfícies”, em que a região urbana do Porto, onde a Maia se insere, é um bom exemplo.

No deambular entre o presente e o passado recente (em ambos os sentidos, aliás), entre as “formas” e as “vivências”, sobressaem duas abordagens distintas, que assinalam as necessidades reflexivas e operativas dos respetivos momentos, constituindo, por isso, passos epistemológicos na organização do conhecimento sobre a problemática urbana. O urbanismo da pré-contemporaneidade e, em grande medida, o da contemporaneidade, é sobretudo apoiado na “abordagem decompositiva”, uma espécie de organização do conhecimento em “palimpsesto”³. Senão vejamos:

O urbanismo da “cidade clássica”, enquanto procedimento regenerativo com vista à produção da “cidade objeto” (entendida como obra artística em espaço sacralizado), é comumente fundamentado em modelos canónicos, de boas práticas de desenho da cidade e da arquitetura urbana, ou em zonamentos com regras insensíveis a “outras” oportunidades;

A urbanidade da “cidade clássica”, na pretensão de revalorizar a “cidade vivida” (entendida como um espaço da diferença, da multiplicidade, da hibridação, do conhecimento, da subversão, da liberdade), é obsessivamente focalizada no centro antigo, na praça, rua, bairro, ou na periferia;

O urbanismo da “urbano-superfície”, como prática orientadora da expansão da “cidade conceptual” (entendida como a aceitação de um modelo tipo), é alicerçado na dicotomia cidade contínua / cidade fragmentada, ou, em alternativa, na pródiga “cidade sem modelo”;

A urbanidade da “urbano-superfície”, no ensejo de readaptar a “cidade vivida”, é ponderada à luz dos novos “modos de vida” suportados nos tempos e distâncias de deslocação, nos espaços da hipermobilidade e nos “espaços públicos”, que o podem não ser

(sem que tal reconhecimento constitua impedimento ao seu uso coletivo).

Entretanto, o urbanismo da contemporaneidade e da pós-contemporaneidade assinala a indispensabilidade da “abordagem elíptica”, uma espécie de organização do conhecimento em “hipertexto”⁴, em que a correlação das “formas” e dos “modos de vida” acumula as seguintes suposições:

No plano das políticas urbanas estratégicas concretiza uma visão integradora e transversal (às “velhas” e às “novas” territorialidades), direcionando a competitividade para níveis supralocais;

No plano das conceções urbanísticas reinterpreta a dicotomia cidade contínua / cidade fragmentada, derivando-a para outras considerações, como por exemplo, a “cidade das formas contínuas e das vivências fragmentadas” ou a “cidade das formas fragmentadas e das vivências contínuas” – por hipótese, a primeira é entendida como uma aglomeração urbana consolidada mas vivencialmente fracionada (o que poderá ocorrer através de uma “desertificação” parcial da paisagem humana) e a segunda como um conjunto de aglomerações urbanas seriais “amarradas” por continuidades vivenciais de apropriação ativa (o que poderá resultar do desempenho e conjugação da “estrutura ecológica” afeta ao “solo urbano”).

Efetivamente, a contemporaneidade produz um mosaico urbano onde coexistem a dispersão e a aglomeração, usos variados e especializados, mobilidades polares (em direção aos “centros”) e mobilidades tangenciais (em direção a aglomerações mais recentes).

3. O PARADIGMA COMPORTAMENTAL OU A HIPOTENUSA

Aparentemente, as cidades modernas são sacrílegas, porque ao se desenvolverem não tiveram em linha de conta a felicidade dos cidadãos, não deixaram lugar para o amor e para a contemplação, não coordenaram os lugares de trabalho com os transportes e a habitação, exemplificando: quando um pai ou uma

6 Acerca da ausência de correlação entre o processo de evolução da cidade e o grau de satisfação / felicidade dos cidadãos, parece razoável efetuar uma incursão ao universo poético, onde se encontram as seguintes visões do estado da arte: “Desenrolando os sôfregos tentáculos, / O gigantesco polvo da Cidade / Já, sem dificuldade, / Pisou, esmigalhou obstáculos. / Um rio desviou do seu curso; onde o / Ermo, era um bosque, um monte se aplainou; / E um raso chão ficou, / Onde nem flor ficou de pé.” (José Régio) “Era uma cidade cidade, / sem vícios e sem sonhos. / Cidade descarnada: / só prédios e livros sem ninguém. / Era uma cidade de / algumas ruas, algumas estátuas, / alguns jardins, alguns amores / perfeitos / na coerência do seu abandono. / Cidade sem memória. / Cidade sem perda. / Cidade antes ou depois.” (Filipa Leal).

mãe gastam três ou quatro horas do seu tempo em transportes, foi-lhes roubado o tempo para amar e construir a felicidade⁵. Esta visão provocatoriamente poética leva-nos a inferir que discutir as cidades é necessariamente discutir as sociedades e o grau de satisfação dos indivíduos em função das experiências e dos comportamentos dominantes em relação a uma realidade⁶. Na pedagogia, o paradigma comportamental destaca o valor do ambiente no processo de associação dos estímulos e das respostas dos indivíduos. A sustentabilidade, nunca tanto em voga, não será mais do que uma outra forma de nos referirmos ao equilíbrio de “uma vida boa”, combinando o bem-estar social com o bem-estar ecossistémico. Com vista à promoção de comunidades humanas sustentáveis é necessário que à “sustentabilidade ambiental” – que se refere à manutenção da capacidade de sustentação dos ecossistemas – se agregue a “sustentabilidade institucional” – que trata de criar e fortalecer engenharias institucionais e/ou instituições que considerem critérios de sustentabilidade no modo de fazer, gerir e viver a cidade.

PROPOSIÇÃO FINAL

Os “territórios inteligentes” são aqueles que enfrentam com arrojo e se preparam com coerência para os desafios e os riscos da globalização da economia e da tecnologia, através de um eficiente reforço e de uma hábil gestão da sua identidade e coesão. Retomando a letra do tema musical referido no início, em face da abordagem ao “paradigma informacional”, fica clara a necessidade de também pintar nos planos e programas de ordenamento do território o “azul” das “clouds” de dados e dos “fluxos” de informação, como um “território virtual” que influencia o ordenamento do “território real”, designadamente na reconfiguração das infraestruturas tecnológicas e dos sistemas de trabalho.

As novas territorialidades da cidade do presente e do futuro, como vimos na explanação do “paradigma conceptual”, constituem elementos fortes na estruturação das áreas urbanas, funcionando como indutoras de pontos ou eixos de atração e aglomeração de funções e de emprego, produtoras de novas e diversificadas polarizações (centros comerciais, áreas empresariais e tecnológicas), organizadoras de novas lógicas de mobilidade e sistemas de relações, ora fragmentando, ora fomentando a coesão funcional (interfaces de transportes, infraestruturas de comunicação e áreas de apoio). Porém, a justaposição multidirecional das telecomunicações e da mobilidade física tem baralhado as noções de proximidade e vizinhança, pelo que o sentido de comunidade se torna fundamental de potenciar no objetivo de operacionalizar no território amplos compromissos de coexistência.

A sustentabilidade da cidade está intimamente relacionada com o território alargado onde se insere e que ultrapassa largamente o seu perímetro urbano. Sucede que a disseminação das áreas urbanas torna cada vez mais difícil a definição desse perímetro. Então, será pacífico afirmar que a cidade deverá incorporar os ecossistemas que assumem importância para a economia urbana e de suporte aos modos de vida urbana ambientalmente sustentáveis (existentes e/ou a potenciar), reintegrando-os no novo “paradigma comportamental” do indivíduo e da sociedade. O grego define perímetros como «medida de contorno» e peri como «ao redor». Pois os ecossistemas deveriam contornar (ou por dentro ou em redor) e preencher as cidades.

No panorama nacional, não obstante a necessidade (em face das circunstâncias atuais) de limitar a forma de crescimento das áreas urbanas em extensão, o essencial não será tanto a “redução” / “contenção” intransigente dos perímetros que o atual regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial impõe no âmbito dos planos diretores municipais (PDM’s), mas antes a “desconstrução” das densidades sem cor através do modo como as diferentes funções da cidade se organizam, articulam e equilibram, no espaço e no tempo. E as cidades podem efetivamente comportar mais “verde”, vários “tipos” de “verde”, seja essa a linha mestra de uma política defensora do “alargamento” dos perímetros urbanos ou periurbanos para englobar os ecossistemas fundamentais de suporte urbano (bosques urbanos, hortas urbanas, parques urbanos, grandes áreas de produção agrícola e florestal de suporte urbano, etc.). Em síntese, será indispensável que as cidades, como palco privilegiado do desenvolvimento das civilizações, no respeito pelo seu tempo histórico e de (certo modo) regressando à sua origem – premissas que consubstanciam uma espécie de “mito urbano” do eterno retorno – não deixem no seu natural processo de adaptação de serem entendidas como:

A forma e o símbolo de uma relação social integrada, conforme é referido por Lewis Mumford;

A política construída: a sua forma reflete os valores políticos dominantes no seu governo, mas a forma também influencia no seu governo, conforme é referido por Aristóteles;

A mais compreensível das obras do homem, engloba tudo, e nada do que se refere ao homem lhe é estranho, conforme é referido por Walt Whitman.

António Leite Ramalho
Mestre em Planeamento e Projeto do Ambiente Urbano
Licenciado em Planeamento Regional e Urbano
Diretor do Departamento de Planeamento, Gestão Urbanística e Ambiente da Câmara Municipal de Valongo

A BOA VIDA, O RIO LEÇA E A BIOFILIA

PARTE I

A boa vida

Caro leitor, espero que esta publicação o encontre com ganas de sair de casa, percorrer o mundo ao seu redor, inspirar natureza e expirar saúde, sem qualquer máscara ou preocupação de maior com a pandemia, agora rebatizada de endemia. Espero que, tanto no interior de sua casa como ao seu redor, possa interagir, apreciar e sentir que é parte integrante de algo a que todos pertencemos, a vida no planeta Terra. A boa vida. Coisa única no universo, até prova em contrário.

Começemos, portanto, pelo básico e essencial, a água dos rios e ribeiras é, no planeta, como o sangue no nosso corpo, as veias da terra, o braço que se estende e toca na terra estéril para criar a centelha da vida. Com água a civilização resiste, sem ela, desiste. Qualquer comum mortal sabe desta evidência. Vamos começar a cuidar da boa vida, cuidando dos nossos rios?

PARTE II

Ecocentrismo

Pertencemos todos às primeiras gerações a reconhecer plenamente a origem humana das alterações climáticas e igualmente as últimas a conseguir implementar mudanças que garantam um futuro digno às gerações seguintes. Já não vamos obviamente a tempo de passar incólumes, a nossa geração já sente os seus efeitos e as gerações futuras ainda mais o sentirão na pele, fruto da nossa incapacidade coletiva para resolver problemas planetários. Precisamos de solidariedade entre gerações. É difícil cada formiga ter um quintal para gerir e esperar que ela faça o melhor para o formigueiro. São reuniões em cima de reuniões e os avanços não acompanham a urgência do problema global, cada um tem sempre mais olhos para o seu umbigo. A somar às boas iniciativas já em curso, no âmbito da descarbonização, da mudança de para-

digmas de modelo de sociedade, a mobilização dos povos é a única forma de acelerar as políticas. Greta Thunberg, estou contigo!

A cultura lidera sempre o imaginário comum. É curiosa a constante referência do cinema em muitos filmes apocalípticos ou de ficção a uma crise ambiental que despoleta a ação, ou como no filme “Don’t Look Up” é feita a alegoria da nossa dificuldade local de lidar com uma ameaça global.

A visão antropocêntrica, que produziu maravilhas em muitas áreas do conhecimento e do desenvolvimento humano, partiu a ligação humana ao planeta e imaginou ser mais do que é na realidade, um animal no seu meio ambiente. Julgou poder manipular as necessidades básicas para a sua própria existência e num fôlego geracional colocou em perigo as gerações futuras. É imperativa a passagem para uma visão ecocêntrica. Quando olhamos a paisagem, a natureza ou o voo de um pardal que atravessa o nosso olhar, não estamos só a ver, estamos a ser observados. Somos seres que coexistem e dependem de elementos vivos e não vivos, devemos assim parar com a lógica extrativa da natureza para passar a um estado de profunda humildade perante a miríade de seres e matérias que são o nosso suporte de vida.

PARTE III

Ordenamento do território

O planeamento territorial como exercício teórico é divertido, tema para muitas conversas de circunstância. Eu punha uma estação de metro ali e outra acolá, uma ecovia à porta de minha casa dava-me jeito e um jardim ali para passear os cães. Eu gosto de árvores na rua e dos pássaros a cantar devia haver mais, o outro responde, as folhas entopem as caleiras e tampam a luz, tenho um pássaro que não me deixa dormir de manhã, está sempre ali pousado na árvore da rua, deviam cortar a árvore. (relatos recolhidos na primeira pessoa).

Cada cabeça sua sentença. Passando ao desenho de forma a harmonizar os territórios, ordenar com visão estratégica, antevendo necessidades sociais, económicas e ambientais, o assunto passa a ser muito exigente e complexo. A concretização da súmula de todas as conclusões técnicas e mesmo as que são participadas pela população no território, é muitas vezes anacrónica, entre o planeamento e sua execução passam-se vidas inteiras, devemos compreender a sua escala temporal. A natureza das transformações sociais urbanas e peri-urbanas é um caos constante, que se equilibra a todo o instante a vários níveis, motivadas por acontecimentos endógenos e exógenos, de formas realmente imprevisíveis. É como tentar entender e prever padrões nas nuvens. É preciso aceitar um grande grau de incerteza tendo por base conceitos sólidos que tracem o futuro que queremos. Planear ciclos longos com ciclos mais curtos que aproveitam situações circunstanciais e dinâmicas sociais momentâneas são essenciais. Quem anda ao sol erra, ouve, aprende e erra melhor. Quem se fecha no novelo próprio e no escritório erra sempre da mesma forma. Quem diria nos anos 80 e 90 que o automóvel seria desafiado no espaço público e que a mobilidade iria voltar-se para a primazia dos transportes públicos, dos peões, das bicicletas e de todos os pequenos transportes elétricos que agora povoam as nossas cidades? Que os rios deixariam de ser infraestruturas essenciais de libertação de efluentes de tinturarias e ao invés, seriam os novos eixos do planeamento das cidades? Que lhes chamaríamos infraestruturas azuis e verdes...? Na natureza, assim como no território não existem vazios, tudo é preenchido e deve dar resposta a necessidades, mesmo que temporárias.

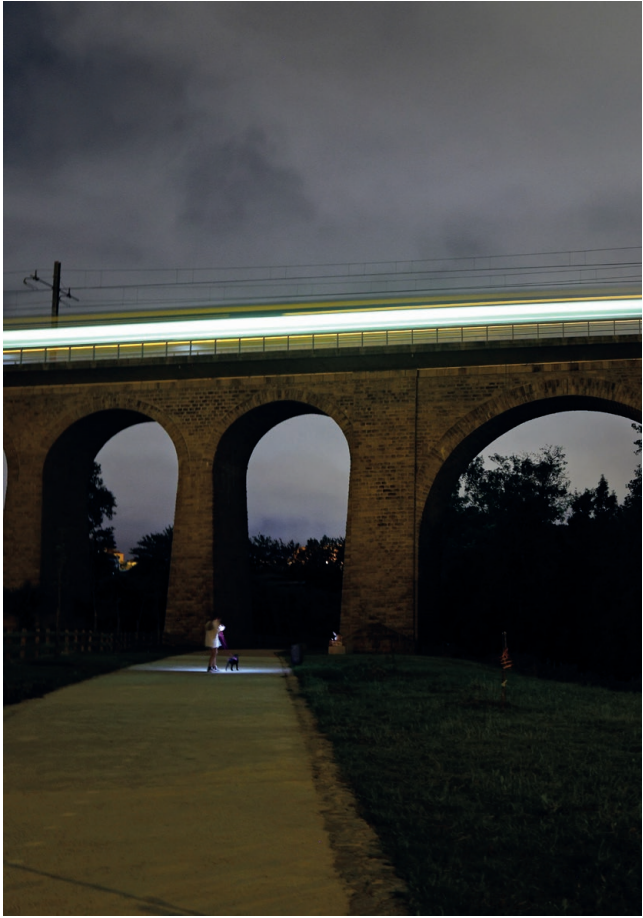
PARTE IV - Perseguir a utopia até quase a tocar com a ponta dos dedos

Corredor do Rio Leça, Associação de Municípios

Em 2015 foi criado o grupo de trabalho intermunicipal do Rio Leça na Área Metropolitana do Porto, que juntou autarcas e técnicos das 4 autarquias percorridas pelo Rio Leça da nascente à foz. A sua motivação e objetivo: despoluir e reabilitar o rio Leça. Conclusão: O ordenamento do território e a governança deste património natural devia ser cooperante, complementar e coerente à escala do recurso natural. Era preciso definir um território de base, foi elaborado o Programa Estratégico para 2021-2031 e o Masterplan do Corredor do Rio Leça. Este é um projeto de esperança que constitui uma mudança de paradigma em relação à gestão do território e os seus recursos naturais, neste caso o Rio Leça, as ribeiras que o alimentam, os sistemas ecológicos adjacentes com os quais interage. A paisagem que este mosaico vivo cria à medida que

se encontra com a diversidade intrínseca do território que atravessa, traduz a sua maior riqueza e uma profunda relação ancestral entre o rio e as populações. Este é um exemplo da passagem da gestão de um recurso de forma espartilhada por divisões administrativas municipais, abstratas, para uma gestão mais aproximada da escala do recurso natural, neste caso a sua bacia hidrográfica, maioritariamente presente nos municípios de Santo Tirso, Valongo, Maia e Matosinhos. Nas suas margens encontra-se, cultura megalítica, castreja, romana, medieval e industrial do séc. XX, tem por isso uma influência antropológica indissociável e marcante da sua realidade. Será um continuum naturale do mar à serra, à disposição e a servir toda a área metropolitana. Será num futuro ótimo, um corredor de esperança, de demonstração de boas práticas, um laboratório vivo à escala da paisagem de adaptação às alterações climáticas, ao futuro. Um eixo de mobilidade quotidiana, onde desaguam não só linhas de água, mas também uma malha de percursos de mobilidade suave em ligação com as interfaces de transporte público. Um território multifuncional, que se irá dedicar à melhoria da qualidade ambiental, funcionalidade ecológica e transição ambiental de toda a área metropolitana. Esta forma de planear e ordenar o território só pode acontecer numa ótica multidisciplinar, a vários níveis e com grande participação da sociedade civil e os habitantes deste território. São as atividades humanas que criam a paisagem neste território e toda a estratégia de atuação deve por isso colocar as pessoas em primeiro plano de atuação. Este corredor de 2100 hectares, atravessa zonas florestais, agrícolas, habitacionais, industriais e termina no Porto de Leixões. Tem no Green Deal da União Europeia e no Portugal 20/30 duas grandes oportunidades de financiamento para a sua transformação na direção da prosperidade em sustentabilidade.

Para que isso aconteça esta jovem associação, criada a 31 de Maio de 2021 terá que colher a sua força na mobilização da sociedade e dos seus atores na direção da sustentabilidade total. Não se pretende nesta delimitação uma lógica aproximada de conceitos de “reserva natural” protecionista e meramente restritiva dos usos, mas um território produtor de economia sustentável, habitação, riqueza, biodiversidade, cultura e educação. Os municípios envolvidos na Associação de Municípios fazem a sua parte, criando parques ao longo do Leça, apostando na sua regeneração e uma governança comum. Em 2022 ficará finalizado o primeiro troço de 7km de percurso totalmente acessível entre a Ponte da Pedra em Matosinhos e o Parque de Ponte de Moreira na Maia. Vá a estes espaços, deixe-se contagiar, usufrua e proteja cada centímetro deste rio, ele precisa do empenho de todos.





PARTE V
O amor à vida no planeta

A biofilia é um conceito que não sendo novo é mais urgente do que nunca. O Corredor do Rio Leça deve ser, antes de qualquer pensamento utilitário de mero prestador de serviços de ecossistema, ser um agente de promoção do amor à vida no planeta e ao envolvimento social. A expectável densificação das cidades torna os espaços com verdadeira biodiversidade dentro das urbes, nos locais com maior potencial de sensibilização de um grande número de pessoas para essa transição fundamental de nos guiar até sermos todos cuidadores do planeta. Se o caro leitor gostar de argumentos utilitários, pode sempre contar com este: a força desta região, com segurança alimentar, recursos naturais abundantes e resiliência face a catástrofes sociais e ambientais depende dessa transição social. Tanto a pandemia como a guerra na Ucrânia mostram bem a necessidade de segurança alimentar local e da resiliência local. Necessitamos de uma verdadeira solidariedade entre pessoas e o ambiente, em que ambos se cuidam e protegem da adversidade climática criada pelos primeiros. São estes espaços de imersão na natureza que oferecem mais ferramentas para a mudança de paradigma, ultrapassando a lógica extrativa da natureza para caminhar numa lógica de cooperação com o planeta.

A natureza não deve, por isso, ser um local que se vai visitar, deve estar presente em todos os momentos dos nossos dias e mais do que um serviço que é colocado à nossa porta, deve merecer o nosso cuidado quotidiano. A biodiversidade tem uma dimensão curativa e regeneradora da saúde física e mental, potencia a criatividade, reduz o stress e facilita a aprendizagem. Temos na nossa biologia uma inerente afinidade pela natureza e só agora conseguimos começar a medir de forma concreta alguma destas noções, que na realidade todos podemos sentir. Não maçarei o caro leitor com evidências nesta matéria, seria tema para um artigo completo. A complexidade da biodiversidade não permite relações causa-efeito simples. Descrever e quantificar o efeito repousante que sentimos ao ouvir a água límpida a correr e a dimensão curativa da imersão nos sons da natureza, é tanto o trabalho de cientistas, como de poetas do natural e do divino, como de cada um de nós.

Em 2022 o Corredor do Rio Leça, em colaboração com a Agência Portuguesa do Ambiente, irá promover um grande impulso, financiando a 100% a limpeza dos terrenos públicos e privados que se associem a este esforço. Será endereçada a remoção de resíduos, o combate à vegetação invasora, a estabilização das margens, a sua monitorização e a criação de espaços promotores da biodiversidade. Em breve será apresentado à sociedade este grande esforço comum, esteja atento caro leitor.

Como se concretizam todos estes desejos? Uma tarefa de cada vez. Primeiro o rio, a qualidade da água tem que melhorar sem quaisquer desculpas. Para o ecossistema melhorar as margens do rio precisam da sua floresta nativa, habitada pela fauna emergente e de espaços para as cheias, acalmando os caudais. A agricultura e a silvicultura têm que respeitar o meio ambiente e promover, a biodiversidade e o ciclo da preciosa água. As atividades económicas têm que garantir um desempenho ambiental sem mácula e envolver-se neste grande esforço comum. As entidades nacionais e regionais devem apoiar esta infraestrutura ecológica. Cada criança e cada adulto, deve ser um guarda-rios. Não podemos mais tolerar o lixo que se deposita nas margens e a cada inverno as invade com plástico ou o liberta no oceano. Só o civismo pode responder a este problema. Este é um esforço hercúleo, bem sei, mas assim como conseguimos fazer do Leça um dos rios mais poluídos da Europa, podemos fazer o percurso inverso e voltar a ter no Leça o Rio da nossa infância, o rio de todos os dias, ao qual chamamos O Nosso Rio Leça.

Artur Ferreira Branco
Engenheiro do Ambiente
Diretor Executivo do Corredor do Rio Leça, Associação de Municípios
Instagram: [corredor_do_rio_leca](#)
Facebook: [Corredororioleca](#)



MOBILIDADE SUAVE NO CONCELHO DA MAIA

O CONTRIBUTO DA IMPLEMENTAÇÃO DE UMA REDE DE PERCURSOS

1. A construção de uma ideia.

Este texto tem como objetivo a apresentação de um conjunto de percursos pedonais/cicláveis, municipais e intermunicipais, assim como abordar o seu contributo para a prática da mobilidade suave.

A criação de uma rede de percursos no concelho da Maia não é uma ideia recente. A primeira abordagem, remonta ao ano de 2001, ao Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Concelho da Maia¹, em que se definiu como linhas de atuação:

1. Aumento e qualificação dos meios de circulação, com especial incidência nos percursos pedonais (“percursos natureza”), de modo a encurtar distâncias no que respeita à relação dos aglomerados populacionais com os equipamentos e espaços verdes municipais, prevista no modelo territorial;
2. Reforço dos percursos do Leça, do Arquinho e Leandro com vegetação ripícola e marginal e da presença dos corredores verdes propostos, ao nível do ordenamento paisagístico;
3. Recuperação e definição de percursos: pedonais, equestres e bicicleta.

Um dos primeiros projetos implementados no seguimento do referido plano foi a estruturação, no ano de 2005, de 2 Percursos Pedonais Urbanos, o 01 e o 02. Estes percursos, ainda hoje ativos e sinalizados, tinham como objetivo a divulgação da arquitetura urbana e rural localizada na zona central da cidade e promover hábitos de vida saudável, como o caminhar 30 minutos diários.

Mais tarde, no ano de 2009, esta ideia foi reforçada no Plano Diretor Municipal da Maia (PDM)², ao integrar na construção do modelo territorial a promoção do ambiente urbano e a melhoria do ordenamento paisagístico.

Pretendeu-se então incluir como elementos estruturantes do território a paisagem e a identidade cultural. Preconizou-se no regulamento do Plano medidas de valorização e proteção do património edificado, com destaque para os núcleos de arquitetura de tradição vernacular, quintas agrícolas, e enquadramento territorial destas em áreas designadas de verdes de valor patrimonial e paisagístico.

Com esta forma de abordagem realizou-se uma aproximação do plano aos princípios apresentados na Convenção Europeia da Paisagem³, e mais tarde, ao previsto na Política Nacional da Arquitetura e Paisagem (PNAP)⁴, tarefa que se revelou complexa tendo em consideração a matriz periurbana do povoamento do concelho.

Nos anos de 2015 e 2019, foi inaugurada a fase I e II do Ecocaminho, numa extensão total de 3,2 km, com uma utilização mensal que ultrapassa as centenas de milhares de utilizadores. Percurso que será, em breve, prolongado até ao centro da Vila do Castelo da Maia.

No ano de 2018, e num projeto intermunicipal, procedeu-se à sinalização e valorização dos diferentes percursos do Caminho de Santiago que cruzam o concelho (Caminho Português da Costa, Caminho Português Central e Caminho Português Central por Braga).

Ainda em 2018, foi desenvolvido o projeto “Maia a pé” com a finalidade de divulgar, através da realização de um mapa desdobrável, a possibilidade de aceder a uma série de serviços e equipamentos de uso público localizados no centro da Cidade da Maia, numa aproximação ao conceito da “*Cidade dos 15 minutos*”.

Mais tarde, em 2019/21, durante o processo participativo⁵ integrado na 2.ª revisão ao PDM da Maia, foram abordados temas como a melhoria da qualidade de vida, a identidade cultural e o ambiente. Da conclusão do processo, organizado em diversas sessões públicas abertas a todos os cidadãos, destacamos, entre outras sugestões, o interesse de criação de redes de percursos pedonais/cicláveis que integrassem mais valias locais em áreas como a valorização da paisagem, a noção de lugar, a história e a memória, de par com a divulgação de produtos locais.

De acordo com a metodologia de participação pública, foram organizadas ações experimentais, com um envolvimento direto da população, em colaboração com a Câmara Municipal e equipa coordenadora do processo participativo. Das 16 ações previstas, 3 incidiram na estruturação e vivência dos seguintes percursos: Conhecer os Caminhos Rurais de Folgosa, Dinamização do Parque dos Amores e Consciencialização e Fruição do Rio Leça.

3 Assinada em Florença em 2000 e ratificada em Portugal em fevereiro de 2005.

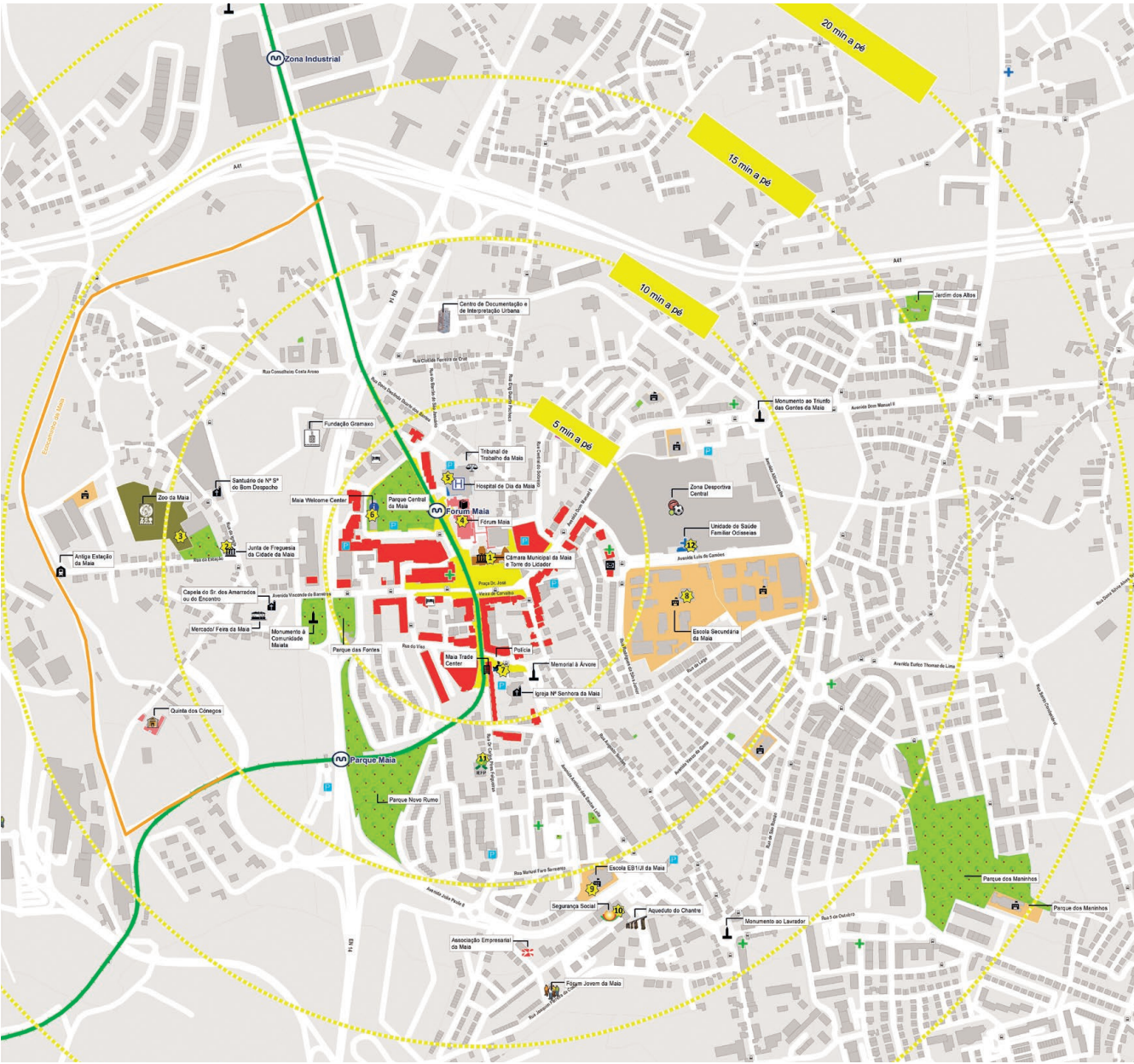
4 Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2015, de 7 de julho.

5 Coordenado pelo Prof. José Carlos Mota, do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro.

1 Paulo Pinho (Coord.), Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Concelho da Maia, FEUP – Laboratório de Planeamento do Território e Ambiente, Câmara Municipal da Maia (pág. 88, 94 e 96).

2 Aviso n.º 2383/2009, de 26 de janeiro, alterado pelo Aviso n.º 9751/2013 de 30 de julho, e pelo Aviso n.º 11290/2019, de 10 de julho.

Maia a pé



2. Acerca do projeto Percursos na Maia.

Após o enquadramento efetuado sobre a construção da ideia, abordaremos neste ponto o desenvolvimento do projeto Percursos na Maia.

A geomorfologia da paisagem, as diferentes formas de ocupação do território, o trabalho desenvolvido no inventário e investigação dos valores do património material e imaterial e a cidadania do processo participativo, estimularam o trabalho de mapeamento de uma série de percursos e sua estruturação em rede.

A Câmara Municipal consciente que este projeto, pela sua envergadura, e transversalidade, constituiu uma equipa técnica multidisciplinar formada por técnicos de diversas unidades orgânicas como o Planeamento Territorial, o Turismo, o Desporto, a Cultura, o Ambiente, a Mobilidade, entre outras. O trabalho de equipa realçou a pertinência de conjugar a rede de percursos pedonais/cicláveis, com outras propostas/plano de ação em curso no município, como o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo, o Masterplan do Corredor Ecológico do Rio Leça, o Plano Estratégico de Recuperação

do Rio Leça 2030, e o Plano de Mobilidade Urbana Sustentável do Concelho da Maia e, mais recentemente, o Plano Estratégico de Desenvolvimento Desportivo, bem como o Plano Municipal da Saúde.

O projeto Percursos da Maia é formado por 23 percursos em duas tipologias: 1 em “grande rota” e 22 em “pequenas rotas”⁶, estruturados numa rede que abrange a totalidade das freguesias do concelho. Apresentam extensão superior a 200km, e foram desenhados em articulação com projetos intermunicipais nas áreas abrangidas.

A rede de Percursos na Maia apresenta os seguintes objetivos:

1. Constituição de uma rede de percursos e caminhos rurais em todo o território municipal, promovendo a criação de itinerários turísticos, associados a temas como a água, moinhos, património edificado, arqueológico, natural e cultural;
2. Promoção e desenvolvimento de práticas de vida saudável e de bem-estar social contribuindo em simultâneo para os objetivos de desenvolvimento sustentável e de políticas ambientais da autarquia;
3. Participação na introdução de práticas de mobilidade sustentáveis.

3. O contributo dos percursos na mobilidade suave.

A rede de percursos na Maia é um projeto que procura a valorização do “andar a pé” pelo território e encontra-se inserida na Carta Geral dos Modos Suaves do Plano Diretor Municipal da Maia, em fase final de revisão.

Embora a génese do projeto esteja associada à atividade de lazer do pedestrianismo, a sua utilidade para o incremento da mobilidade suave, de curta e média distância, no quotidiano é um fato. A articulação dos itinerários dos percursos com as ciclovias e interfaces/paragens fomenta a lógica multimodal de circulação entre lugares e acesso a diversos serviços e equipamentos, numa estratégia de transição gradual para os modos de deslocação sustentáveis em detrimento da utilização do transporte individual.

Conscientes dos desafios que se colocam à implementação de medidas de mobilidade sustentável, atenta a necessidade de alteração de hábitos enraizados, nomeadamente, quanto aos modos de deslocação, reconhecemos que o projeto apresentado não resolverá o problema, mas antes, contribuirá com uma alternativa, num caminho de mudança que se vislumbra longo, mas necessário e irreversível.

6 Classificação realizada de acordo com o Regulamento de Homologação dos Percursos Pedestres da Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal.

Neste sentido, a componente lúdica, cultural e turística da mobilidade suave é um estímulo para a gradual mudança de rotinas e hábitos diários.

Por último, e a título de exemplo, apresentamos um itinerário de ligação do centro da Cidade da Maia ao Parque de Avioso – S. Pedro, passando pela Vila do Castelo da Maia, numa extensão de aproximadamente 7,5 km, numa conjugação dos percursos do Ecocaminho e dos PR02, PR07 e PR10.

Esta parte do trajeto, com uma extensão de 3,5 km, características de perfil, piso e pendente, é de fácil utilização pedonal/ciclável. A sua articulação com 2 interfaces multimodais, designadamente interface de Mandim e Zona Industrial, torna-o uma alternativa para as deslocações entre a Vila do Castelo da Maia, Área de Acolhimento Empresarial da Maia I e o centro da cidade da Maia.

Relativamente ao itinerário de ligação do centro da Vila do Castelo da Maia ao Parque e Avioso – S. Pedro, numa extensão de aproximadamente 3,8 km, este assume uma vertente de pedestrianismo, com uma forte componente rural, revitalizando o caminho municipal 1372, caracterizado pelo piso em terra batida, ladeado por estruturas murais resilientes. Este trajeto, com cerca de 7,5 km, pode ser percorrido na sua totalidade em modo ciclável, em cerca de 30 minutos, ou a pé, em cerca de 1h30 minutos.

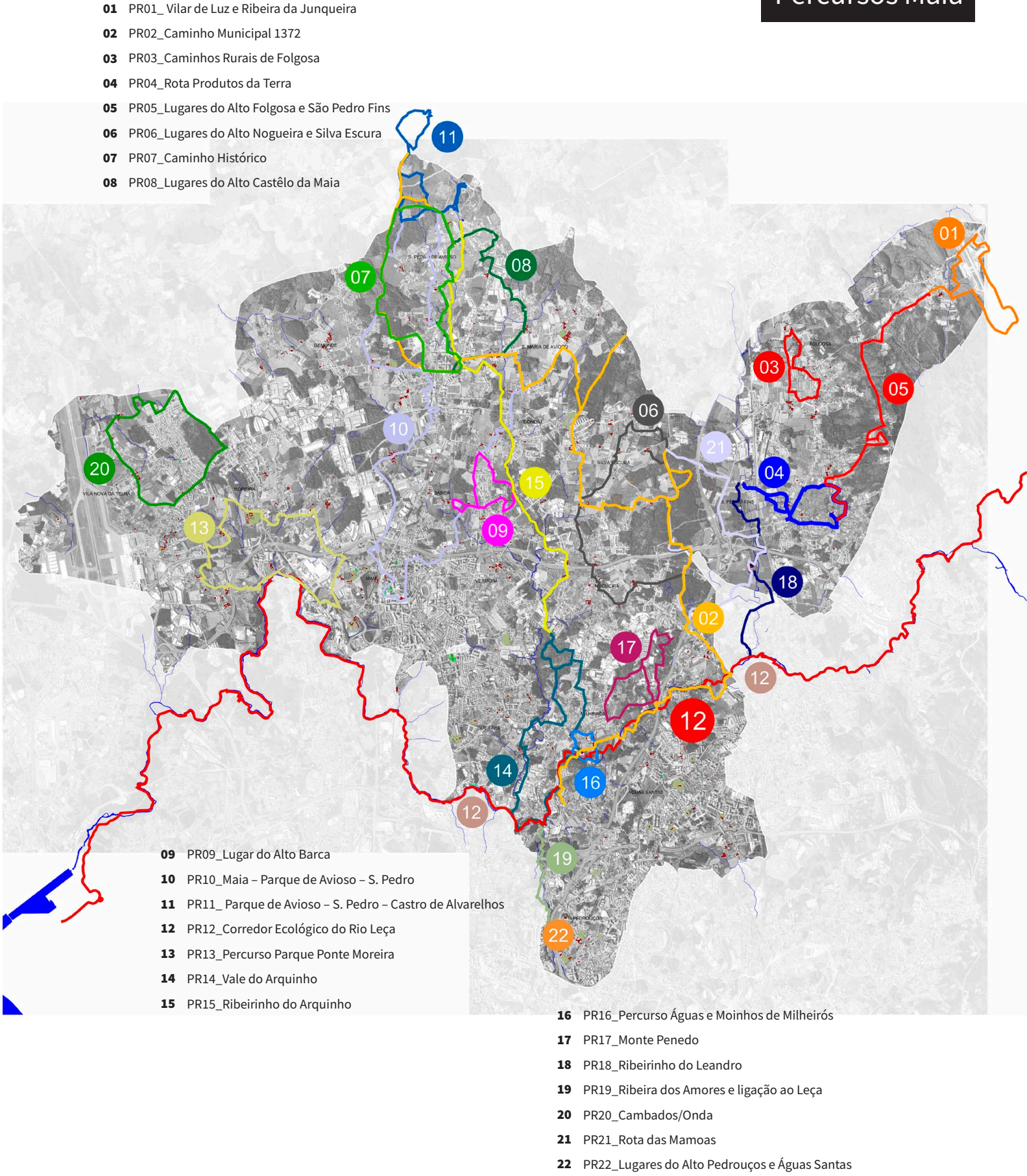
Como refere o projeto “Maia a pé”, andar a pé é económico, tem benefícios importantes para a saúde e para o ambiente e contribui para a dinamização local. Caminhar é o único modo de deslocação que permite estabelecer uma relação afetiva com o lugar, tornando-nos parte dele e tornando-o parte da nossa memória.

Joana Calvet Ferreira
Licenciada em Arquitetura
Chefe de Divisão de Planeamento Territorial da Câmara Municipal da Maia.

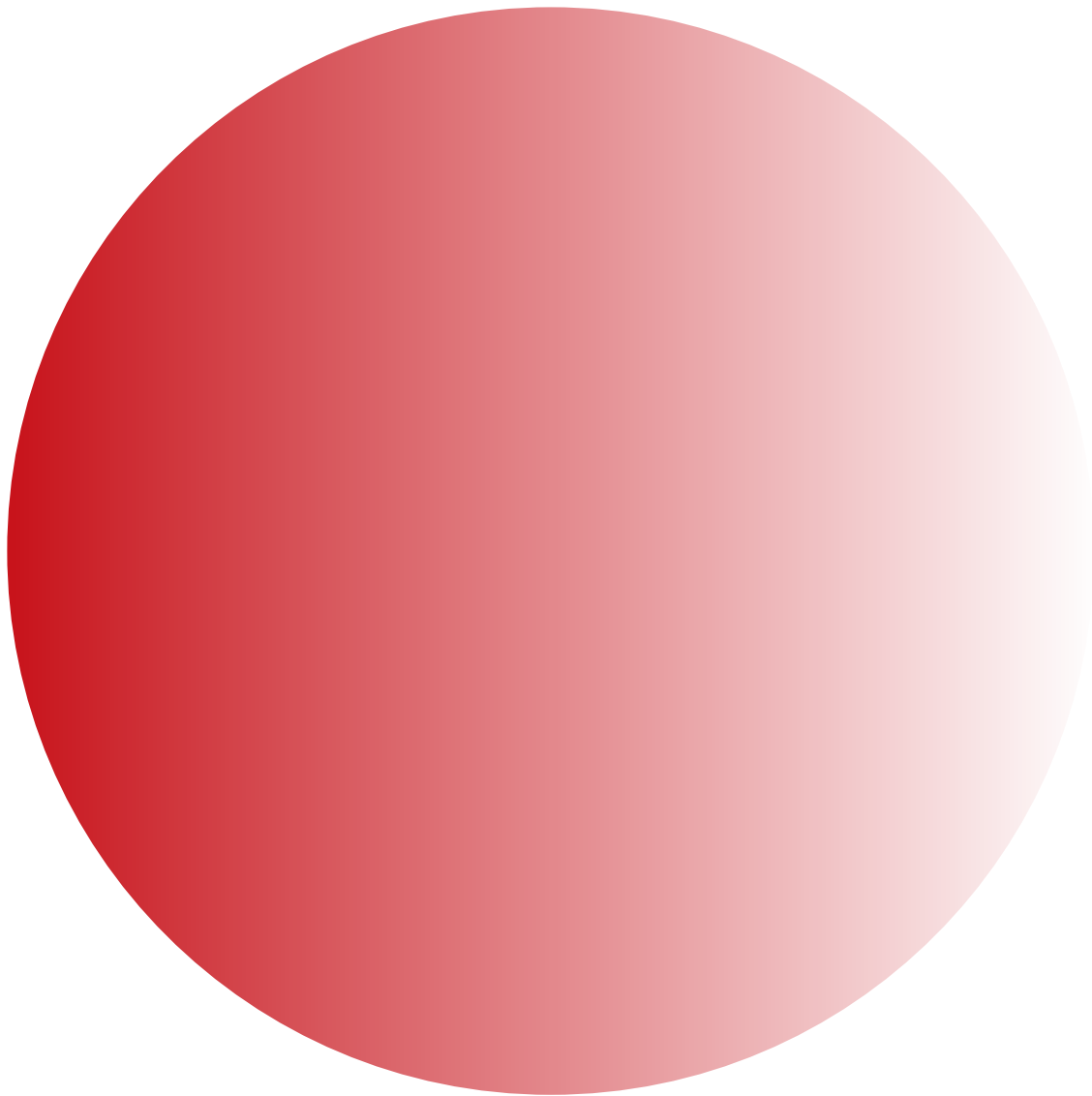
Márcia Soares Batista
Licenciada em Geografia e Planeamento, Mestre em Geografia – Planeamento e Gestão do Território
Técnica Superior na Divisão de Planeamento e Território da Câmara Municipal da Maia

André Tomé Ribeiro
Licenciado em História
Arqueólogo da Câmara Municipal da Maia

Percursos Maia

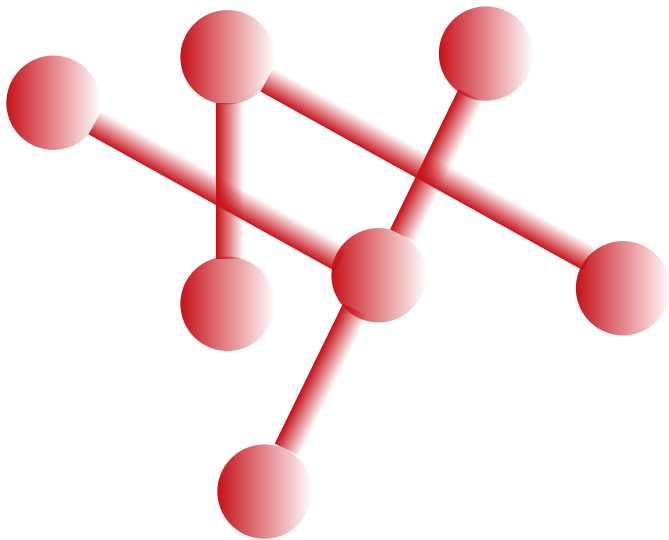


ESPAÇOS VITAIS, ESPAÇOS DE VITALIDADE



O conceito de “espaço vital” está intrinsecamente associado ao trágico e terrível sentido com que o nazismo o corrompeu – o tristemente célebre “Lebensraum”, construído a partir da antropogeografia de Friedrich Ratzel (Karlsruhe,1844 – Ammerland,1904) e do seu “determinismo geográfico” - que o entendia como um espaço territorial de fixação e vida de uns, vinculados por uma pseudo-afinidade rática, obtido pela expurgação e destruição dos demais. Essa corrupção conceptual procedeu à completa deturpação do verdadeiro sentido da expressão “espaço vital”, que mais não significa do que o espaço necessário – espaço físico e espaço mental – para a nossa existência, enquanto Pessoas e enquanto Comunidade.

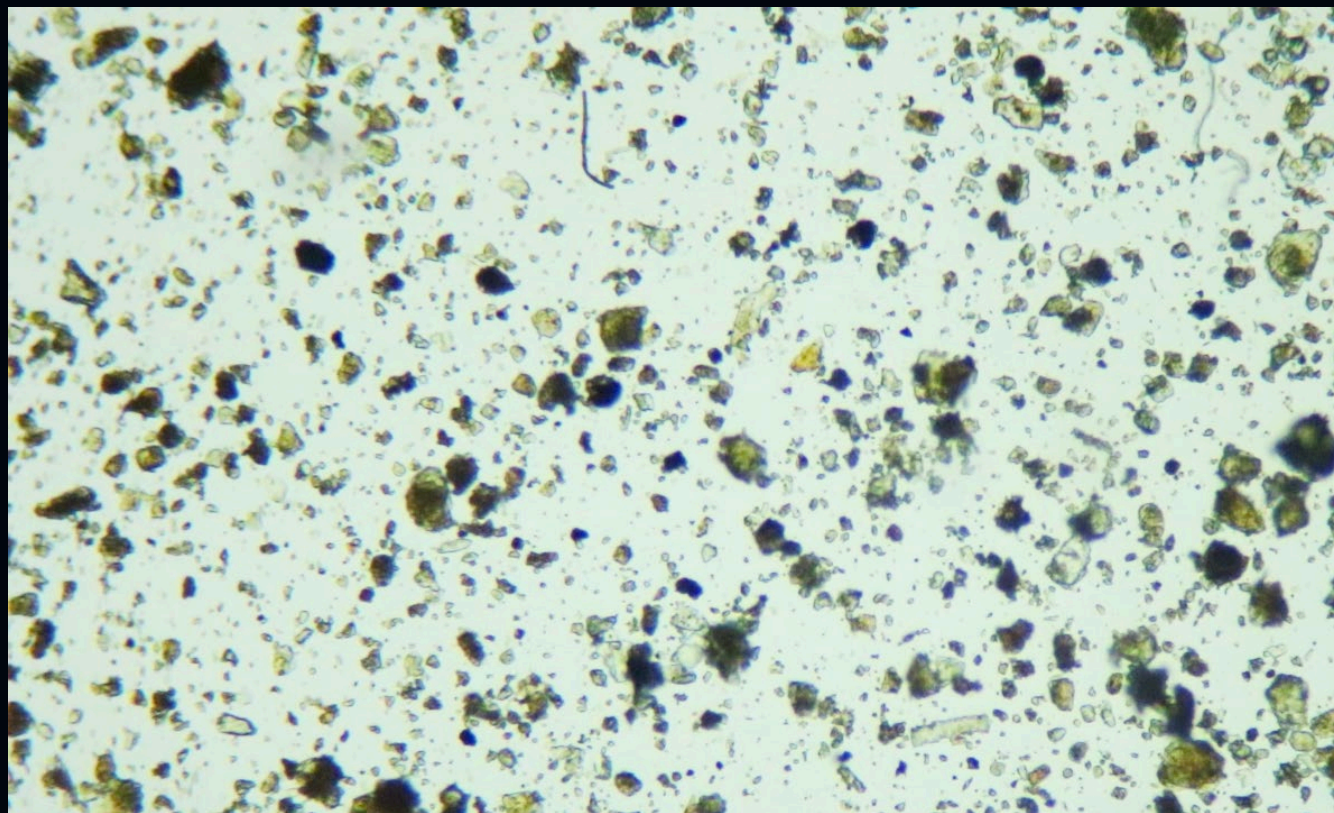
Esse espaço vital à existência da Humanidade corresponde, em rigor, ao planeta inteiro, ele próprio inserido num mega-sistema cósmico, e é por nós partilhado com toda a diversidade, viva ou inerte ou enigmática, que o caracteriza. A Humanidade, na sua pluralidade e pela sua natureza, tende a classificar os múltiplos espaços que constituem o todo espacial, pelo tipo de função que lhes atribui, entendendo-os, apreendendo-os e sentindo-os como “vitais”, na medida que são fundamentais para o equilíbrio psicossomático e social, classificação essa que engloba, genericamente, dois grandes grupos: espaços pessoais, íntimos, e espaços públicos. Precisamos dos espaços pessoais e íntimos para a introspecção pessoal e para a vivência com os que nos são próximos,



vinculados por laços de parentesco e/ou afetividade, estabelecendo com eles relações de proximidade intensa, que a coabitação ou a presença frequente, favorecem. São espaços, cuja organização interna é realizada por nós, depende da nossa vontade e possibilidades económicas. Precisamos dos espaços públicos não só para a nossa realização pessoal alargada, em interação com a comunidade a que pertencemos, mesmo que não estabeleçamos com ela comunicação directa, mas também como contraponto vivencial em relação aos nossos espaços íntimos, facto que a pandemia, ainda em curso, e os vários confinamentos dela decorrentes, claramente testemunham. Estes espaços são, por regra, de propriedade e gestão pública e a nossa capacidade de neles intervirmos, do ponto de vista da sua concepção e organização, enquanto cidadãos individuais, é muito diminuta ou nula. Coisa diferente é quando o desejo de intervenção é manifestado por um grupo, formal ou informal, de cidadãos; mas, mesmo nesse caso, os resultados são diferentes quando falamos de sociedades democráticas ou sociedades totalitárias, aliás, nestas últimas, os espaços públicos são concebidos não para fomentar a cidadania, através do convívio social que decorre em várias esferas (lazer, cultural, desportivo, lúdico, etc), como acontece nas sociedades democráticas, mas para anestesiar as pessoas através de actividades colectivas planeadas, formatadas e vigiadas e também para o louvar do regime totalitário que as enquadra. Os espaços públicos, vitais em sociedades democráticas, que existem para promover a saúde integral das pessoas e das comunidades – saúde física, saúde mental e saúde cívica – para cumprirem cabalmente a sua função precisam de planeamento, assente em conhecimentos de ordem histórica, cultural, demográfica, antropológica, entre outros. Conhecimento

esse que tem tanta importância como os meios e os mecanismos de comunicação estabelecidos entre os poderes públicos – donos e gestores desses espaços públicos – e a comunidade que representam, meios e mecanismos esses que ajudam a garantir que a obra pública se torne uma “obra falhada” - por mais importante que seja, por mais bem projectada que seja e por mais necessária e útil que seja percebida, no plano teórico, no casulo dos gabinetes, fruto do imaginário dos técnicos – pela não apropriação legítima, em matéria de razão e uso, pela comunidade que pretende beneficiar. Esses espaços públicos, assim entendidos, só o serão verdadeiramente se resultarem como suportes para uma apropriação continuada e alargada – geográfica e socialmente – da expressão de cidadania em partilha. Uma cidade só se cumpre quando respira vitalidade, uma vitalidade do todo, proporcionada pela vitalidade das suas partes, uma vitalidade feita pela diversidade, pela mistura inteligente de funcionalidades; quando os edifícios, os passeios e as ruas priorizam as pessoas que estão e as que passam, em que os guetos (edificado pobre concentrado e seletivos condomínios fechados) não existam, em que os acessos às “coisas” sejam os mais democratizados possíveis e em que a “escala humana” seja a única escala que importe e impere, permitindo a “vizinhança”, o pequeno comércio, os espaços informais apropriados pela arte e pelos artistas, onde cada um que faz parte se sinta parte e onde quem não faz parte queira ser – ou sinta que poderia ser – parte.

Mário Nuno Neves
Ciências Históricas ramo Património, Doutor em Ciências Políticas e Relações Internacionais
Vereador da Câmara Municipal da Maia



Em 2021, fomos convidados a integrar a Bienal de Arte Contemporânea da Maia, pouco depois de termos voltado para Portugal após uma década na grande metrópole Londrina. Hoje, vivemos numa casa de pedra no meio dum carvalhal, num vale aos pés da Serra da Cabreira, em Cabeceiras de Basto. É lá que investimos a maior parte do nosso tempo a desenvolver a Landra - que é, primeiramente, uma agrofloresta mas que cresce também como centro de investigação em agroecologia e formas de arte não institucional.

Quanto à nossa prática artística, temos vindo a trabalhar em conjunto, focando-nos cada vez mais em questões relacionadas com acesso a terra, soberania alimentar, gestão territorial, etnobotânica e saúde. Foi neste sentido que o José Maia, curador da Bienal, nos desafiou a desenvolver uma intervenção no espaço público; desafio que logo aceitámos, com o maior entusiasmo, sendo que a Maia, entre campo e cidade, apresenta-se-nos como um caso extremamente interessante. Esta terra rural, urbanizada em tempo recorde, tem a marca de dois mundos: um com vários séculos, outro com algumas décadas.

Junto ao Fórum da Maia, avistámos um lote abandonado, com pátio largo que dava acesso a um jardim, que até de longe se via realmente abundante. Apesar do acesso complicado - silvas, fetos e canavieira a formar uma barreira muito eficaz - ficámos maravilhados com a diversidade de espécies e com o vigor remontante de todo aquele crescimento. No interior: camélias, laranjeiras, sabugueiros e diospireiros entre outras árvores; jarros, heras, wistérias, vinhas, roseiras; e um conjunto de espécies herbáceas de todo o tipo. Aquilo a que chamamos “natureza” manifesta-se melhor, ou com maior contraste, quando o trabalho que os humanos terão feito, segundo regras imaginárias, é substituído. O lote decadente, o terreno tomado pelo mato, ou que está só a monte é, para nós, uma verdadeira fonte de fascínio e de promessas de utilidade e funcionalidade aliadas a um sentido estético imbatível.

Quisemos realçar as diferenças que há entre existir ou não gestão humana; entre haver ou não rega artificial; entre estar tudo aparado ou “tudo a monte”. Dando uso ao nosso microscópio, descobrimos que o jardim do Fórum era principalmente mineral; que era composto por areia, silte e argila, mas que não possuía muita vida, ainda que existissem bactérias, sempre presentes no início da sucessão ecológica. Este cenário é ideal para as plantas ‘pioneiras’, tratadas normalmente por ‘daninhas’, que são as primeiras a entrar em jogo quando a terra está compactada, anaeróbica e, em geral, com falta de vida. As ervas daninhas aparecem para habitar melhor que ninguém essa terra, começando um longo processo progressivo em direção a estados de sucessão mais avançados, que seriam, por exemplo, e caso o permitissem, o desenvolvimento de florestas inteiras.

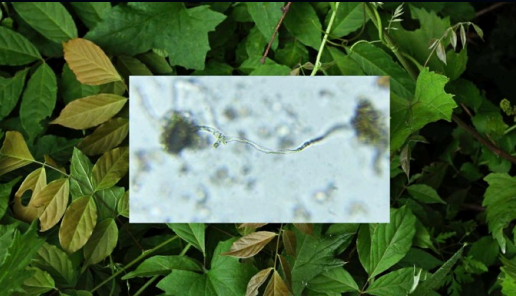
Estávamos convencidos de que a nossa intervenção artística seria ali, no jardim de uma casa abandonada. Mas quando tudo parecia possível, informaram-nos que não havia permissão para acedermos àquele terreno. Pouco tempo depois, encontrámo-lo completamente vedado. Propuse-ram-nos uma pequena área “ajardinada” junto ao Fórum, mesmo ao lado da entrada, a caminho da biblioteca municipal. Tinha maioritariamente relva, mas era fraca e amarelada, e por vezes desaparecia em áreas de terra descoberta, seca e compactada. Havia ainda restos de cimento deixado após uma obra.

O jardim abandonado, em contraste, estava com uma rede microbiótica muito ativa e diversa, com as várias relações fágicas presentes: protozoários que comem bactérias, nematóides que comem bactérias e fungos, micro-artrópodes que comem fungos, e por aí adiante. Estas redes de relações entre todos os intervenientes da vida no solo proporcionam, principalmente, uma coisa muito importante: a reciclagem de nutrientes, ou seja, a fertilidade generativa da terra.

Disseram-nos, entretanto, que o jardim abandonado deixaria de existir pois, em breve, uma passagem pedonal abrir-se-ia por ele a dentro. Pensámos então em salvar o maior número de plantas que lá se encontrava, levando-as para a nossa área de intervenção. No entanto, para que este plano de resgate funcionasse, tivemos que intervir na terra antes de o fazer, pois aquela terra-cimento não estava pronta para suportar tanta vida. Primeiro, tivemos que cavar para quebrar as várias camadas de compactação. Depois, aplicámos compostos líquidos e bokashi (lixo orgânico fermentado) para reintroduzir alguns dos microorganismos fundamentais à reciclagem de nutrientes. Como foi preciso também devolver muita matéria orgânica à terra (para alimentar inicialmente aqueles mesmos microorganismos), fomos aos quintais de várias pessoas “limpá-los”, para conseguir matéria suficiente para cobrir o jardim. Deixámo-lo em repouso durante alguns meses para que todo aquele mato se degradasse e fosse incorporado na terra. Só então vieram as transplantações de plantas.



A cultura local não foi, tanto quanto gostaríamos, tão apolo-gista da cultura emergente; de todas as coisas que emergem e que continuam a emergir. Essas coisas muitas vezes coinci-dem com aquilo a que muitos chamam de “ervas daninhas” ou de “mato”, no contexto urbano, figurando como os per-feitos maus da fita. No campo, seriam pelo menos alimento para animais. A verdade é que a maior parte das plantas que despontaram daquele jardim (como o tentam fazer em tantos outros) são não só comestíveis como de alto valor nutricional. Em geral, têm até um sabor mais interessante do que as variedades domesticadas que se comprem nos supermercados diariamente. Muitas dessas espécies contêm também propriedades medicinais e até cosméticas, que uma sabedoria ancestral articulava na vida quotidiana, mas que hoje se perdem no esquecimento quase por completo.



Foi aqui que entrou a segunda fase do projeto para este jardim, para que pudesse evoluir do seu primeiro apareci-mento mais “selvagem” para algo situado nos interstícios entre aquilo que emerge naturalmente e o que já é reco-nhecível e respeitado pela população local. Partilhámos um questionário pelos membros do Fórum e por vizinhos que utilizam o espaço, no qual sugerimos várias espécies, seguindo uma organização do espaço por várias camadas produtivas: árvores de fruto, árvores de serviço, arbustos, trepadeiras, plantas herbáceas, cobertura verde, raízes etc. Um dos princípios desta fase de re-desenho foi a não-anu-lação das comunidades de plantas que já se encontravam no jardim. A essas, as preferências dos participantes foram adicionadas num design final.

Este novo jardim foi pensado como um lugar para salvar-guar as várias espécies que se vêm sem terra entre prédios e pedra, mas também para acolher tudo aquilo que as pessoas mais próximas do local lá quisessem ver crescer. Na inauguração, ainda se fez uma sopa com algumas couves e nabijas que alguém lá as plantou, aprimoradas com o sabor mais interessante dos saramagos, das serralhas, das alfaces bravas e das tanchagens espontâneas. Entretanto, viram-se aparecer maracujás, menta e físalis propagadas por alguns dos funcionários mais entusiasmados do Fórum.



Com o projeto ‘Cultura Emergente’, criaram-se várias peças em torno do jardim: uma intervenção arquitetónica nas co-lunas do edifício, um cartaz, uma peça de som para a rádio, um vídeo e ainda uma palestra-performance. O burburi-nho e o interesse à volta do projeto cresceram, contudo a continuação daquilo que mais importava - o próprio jardim - não teve o sucesso que esperávamos. Não nos entendam mal. Tudo continuou a crescer e a desenvolver-se de forma natural, tal como planeado, mas isso mesmo foi a razão pela qual cresceram também atritos sobre como é que um jardim deveria ser mantido. Embora houvesse um conjunto disperso de apreciadores e defensores da sua forma atual, muita gente não compreendeu aquela maneira descuidada de se “manter” um “jardim”.

Os resultados complexos das relações de competição e de cooperação entre todos os intervenientes neste fórum vivo são imprevisíveis, mas garantidamente mais capazes de atingir os objetivos estratégicos que cidades como a Maia têm face aos desafios contemporâneos para o desenvolvi-mento sustentável. Este pequeno santuário verde começou a atrair constantes populações de abelhas e de borboletas ainda em pleno inverno, funcionando como uma estação de serviço de um possível corredor de biodiversidade. Espa-ços como este são também capazes tanto de drenar, como de reter e de conservar água (a rega não é necessária), e têm a particularidade de serem sistemas que produzem comida para humanos. Comida essa que é consumida na localidade e que, por isso, descarta a necessidade de trans-porte motorizado por completo. Para além disso, o sistema de raízes profundas e de crescimento rápido das espécies que selecionaremos criam simbioses eficazes com grandes massas fúngicas, capazes de sequestrar mais carbono do que qualquer cobertura verde com a mesma área.



Para complementar o projeto, foram também criados expo-sitores explicativos com as várias plantas que se encontram presentes, e sucintamente descritas as suas propriedades comestíveis, medicinais e outras funções úteis (como por exemplo a produção de pigmentos ou de fibras). Para além da passagem de informação estática, de cariz um tanto quanto institucional, a manutenção deste jardim, a médio-longo prazo, depende ultimamente da presença de uma comunidade local de cuidadores. Para a criação desse gru-po informal de cidadãos, criámos um programa de sessões de formação, que tem vindo a introduzir conhecimentos básicos sobre o que fazer, e sobre quando e como o fazer para que este jardim se mantenha em adaptação constante.

Sara Rodrigues e Rodrigo B. Camacho
LANDRA – Artistas interdisciplinares



João Campolargo Teixeira, *Mudo de qualquer luz*, 2021, Escultura, ferro, árgon, som, 4'00", 400 x 25 x 100 cm

ARTE CONTEMPORÂNEA COMO POTENCIADOR DE MUDANÇA NOS LUGARES DA BIENAL DA MAIA 2021

*Homens que são como lugares mal situados
Homens que são como casas saqueadas
Que são como sítios fora dos mapas
Como pedras fora do chão
Como crianças órfãs
Homens sem fuso horário
Homens agitados sem bússola onde repousem*

*Homens que são como fronteiras invadidas
Que são como caminhos barricados
Homens que querem passar pelos atalhos sufocados
Homens sulfatados por todos os destinos
Desempregados das suas vidas*

*Homens que são como a negação das estratégias
Que são como os esconderijos dos contrabandistas
Homens encarcerados abrindo-se com facas*

*Homens que são como danos irreparáveis
Homens que são sobreviventes vivos
Homens que são como sítios desviados
Do lugar¹.*

Um lugar mal situado. Uma alegoria de Daniel Faria de 1998 que poderia tornar-se o slogan da nossa contemporaneidade, acerca de um estilo de vida que concilia insatisfação com ambições e concretizações profissionais, uma vida na cidade, e a cidade que cresce e muda connosco. Que a capacidade de gerar mudança é algo que se sente praticamente inatingível neste estar contemporâneo. Mudar de forma significativa, gerando impacto na sociedade, difere das transformações que operamos em nós, nos nossos filhos ou naqueles que nos rodeiam: as coisas que podemos concretizar podem até ser relevantes, mas, à escala dos astronautas que olham o planeta Terra, são micro eventos que se enterram no mesmo chão que pisamos todos os dias. Mudar é algo que realmente custa, se a humanidade tem um passado de nomadismo; veio a provar-se que sobrevivemos melhor enquanto espécie, se efetivamente escolhermos um lugar para permanecer. Mas porque haveríamos então de querer mudar? Se “Começar aqui é interromper noutro lado, claro”² (Tavares, 2013, p.25), então a mudança será sempre um resultado do crescimento.

1 *Homens que são como lugares mal situados* de Daniel Faria, ed. Fundação Manuel Leão, 1998.

A natureza humana dita também que somos insatisfeitos, ao ponto de querermos melhorar os modelos que criamos, em particular os que concebemos para viver em sociedade e *criar raízes* (escolhemos intencionalmente esta expressão essencialmente visual) ou seja, as nossas cidades, as vilas, as aldeias, os bairros e os condomínios. Sendo nós estes seres insaciáveis, talvez por isso ainda não se tenha conseguido inventar a cidade perfeita. Sentimos que a cidade da Maia - através de eventos específicos como a Bienal da Maia 2021 - é um exemplo da forma como se pode alterar o lugar, contribuindo também para uma mudança nos comportamentos dos indivíduos que a visitam ou habitam. Na cidade contemporânea, o tempo passa a uma velocidade vertiginosa, antagónica à da aldeia ou zona mais rural, acabando por produzir nos seus habitantes hábitos de interdependência com as próprias práticas laborais, a vida escolar e até o encaixe de tempos livres de ócio e lazer. As cidades evoluem em função dos indivíduos, que contribuem para a identidade coletiva e, de forma recíproca, se adaptam a eles.

2 Em *Atlas do Corpo e da Imaginação - Teoria, fragmentos e imagens*, de Gonçalo M. Tavares, ed. Caminho, 2013



Pedro Ruiz, *Cristaleira*, 2020, #1-6, Vidro, betão, tijolo e pasta branca

A arte em muito contribui para que essa dependência não seja subaproveitada, desde logo com a intervenção ao nível da instalação de obras de arte nos espaços públicos, permanente ou temporária, como no caso da Bienal 2021. De acordo com um estudo realizado pela Direção Geral do Território em 2019 “a ligação ao lugar é ancorada na afetividade, experiência e memória, numa perspetiva de que os lugares são conceptualizados pelos indivíduos como importantes fontes de informação relativas ao passado, oferecem pistas sobre a sua história pessoal e permitem uma continuidade entre passado e futuro.” (p. 206)³. Nesse sentido, a nossa leitura sugere que a forma mais eficaz de construir uma maior proximidade com o lugar que se habita é através da construção de uma relação afetiva, promovendo experiências significantes, e sempre que possível, através da arte. É nesse alinhamento de ideias que a Bienal da Maia 2021 convoca o espaço público exterior e envolvente ao Fórum da Maia, reconhecendo também áreas menos urbanas como palcos importantes para a mostra de arte contemporânea. Uma Bienal é, por definição, uma seleção curatorial a partir de um universo temático, onde se destaca a novidade, se

mostram os artistas mais promissores do momento, ou aqueles que melhor representam o tema conceptual central. Se há algo que interessa aos artistas contemporâneos - sensivelmente desde o final da década de 1960 - é a possibilidade de ser associados a uma ideia de progresso, na formalização visual de um aperfeiçoamento adivinhado ou antecipado pelas práticas artísticas do momento. No entanto (e na última década essencialmente), esse progresso caminha lado a lado com preocupações ambientais, que por sua vez, se enraízam no ordenamento territorial das cidades onde vivemos. Sabemos bem que essas mesmas preocupações se alinham com normas europeias de redução de pegada ecológica, melhoria da eficiência energética, e que muitas vezes trazem incentivos de várias ordens para as cidades cumpridoras, e especialmente para as mais vanguardistas - que criam as suas próprias metas ou se antecipam a elas. Sabemos hoje que a Maia tem os fatores ideais para se tornar um exemplo de cidade em mudança a nível nacional, mas reforçamos esta ideia algo maior - a forma como as recentes inovações surgem de forma em que antecipam as necessidades ou metas definidas por um governo central.

Não dependente das práticas culturais da cidade-chapéu - o Porto - a cidade da Maia, que já se havia destacado a nível nacional pelas suas metas ambientais, destaca-se também por uma programação cultural autónoma, preservando com especial cuidado a regularidade dos eventos – bienais, anuais ou ocasionais. São as intensidade e regularidade que criam hábitos na população local, através da ramificação importante que é realizada com ações de Serviço Educativo em contexto escolar, individual, em família, e com públicos com características diferenciadas. Interessamo-nos em particular pela forma como a cidade da Maia que, com uma caracterização periurbana hoje estrutural, se distingue das cidades análogas através de uma identidade própria, em vez de se contentar com o mosaico que é a da caracterização dos seus habitantes. Não há nada de frágil em assumir a identidade dos seus moradores, mas a Maia quer fazer a diferença, criando a estrutura primeiro, e convidando os habitantes a fazer parte dela. Por essa razão, e nesse sentido, arriscamos dizer que a Maia se estrutura e

evolui de forma autónoma, não dependendo do Porto para essa evolução ou preservação, como possivelmente acontece com algumas cidades da Área Metropolitana de Lisboa. A expressão “tecido urbano” remete-nos linguisticamente para vestuário, camada de proteção do nosso corpo, também ele revestido de um tecido epitelial. Já Guy Debord afirmava que a delimitação dos setores geográficos da cidade de Paris, por altura da criação da *Teoria da Deriva* (circa 1956), formalizada através da expressão *tecidos urbanos* (McDonough, 2009, p.75) estabelecia ligações interessantes com a biologia. Pensados inicialmente por urbanistas e ecologistas, esses tecidos urbanos criavam também as suas zonas de quebra, como consequência da vida intensa da cidade de Paris, onde os seus habitantes construíam os seus movimentos em torno de centros energéticos⁴: zonas de compras, zonas escolares, zonas empresariais. Algumas cidades têm as suas “zonas de quebra” nos rios, nas praias. Mas também aí, a vida intensa da cidade far-se-á sentir pela acumulação de detritos, que artistas como Pedro

3 https://www.dgterritorio.gov.pt/sites/default/files/publicacoes/V6_PERIURBAN_25Mar2021_semApresent.pdf

4 Adaptado a partir de *The Situationists and the City*, de Tom McDonough, London, Verso, 2009



Aida Castro e Maria Mire, *Vagalume*, 2021, Instalação videográfica, monitores, vídeo HD, cor e som

Ruiz se dedicam a recolher como matéria-prima para a criação. Hoje, em 2022, as quebras sentem-se sempre que saímos de uma malha urbana, ao não conseguirmos manter um percurso pedestre ou até circulando de bicicleta. As mesmas vias que foram sendo construídas em prol da evolução e desenvolvimento servem também para manter os habitantes dentro de uma espécie de cerco, de onde só pode optar por estar fora ou dentro. Também neste tópico, a cidade da Maia distingue-se das áreas geograficamente análogas por ter uma linha de metro - desenhada respeitando a paisagem envolvente - e que leva os seus habitantes do seu centro aos centros das cidades vizinhas, sem sair da carruagem. Dessa carruagem, no decorrer da Bienal, era possível ver alguns mupis concebidos pelos artistas participantes, instalados para o efeito: o espaço expositivo expandia-se ao exterior envolvente ao Fórum, mas ultrapassava essa linha, chegando a partes da cidade onde as exposições de arte não têm uma casa própria para ser recebidas. A arte contemporânea vai encontrando formas de contrariar essas linhas, como exemplo a Maia e a sua coleção de *street art*, instalada em zonas limite (ao longo dos anos), onde a escala humana se torna demasiado pequena. Mais recentemente, essa coleção aproxima-se cada vez mais do centro, e de uma escala 1 para 1 com os seus visitantes, ocupando muros do parque central, parques de estacionamento, e até o próprio Fórum da Maia⁵. Foi essa mesma linha de pensamen-

to que levou a que o Fórum da Maia se expandisse ao exterior no contexto da Bienal da Maia 2021, seguindo o design curatorial de trazer a ágora para o lugar central do debate. É disso exemplo a obra do coletivo Ponto Parágrafo, que propôs para o Parque Central um espaço de convívio que foi sendo usado pela programação paralela da Bienal, como concertos, conversas ou performances, mas foi também usado de forma espontânea pelos habitantes e utilizadores do parque. Não haverá melhor altura para se debater o espaço urbano e a utilização coletiva e legítima do espaço urbano do que um período pós-pandemia, em que vimos de repente barradas muitas ações que consideramos como um direito adquirido. Por essa razão, a curadoria da Bienal assume um lado performativo e evocativo destes reencontros, que vão desde a introspeção da caminhada estética do artista inspirada na deriva Debordiana, ao momento de reencontro das comunidades. Movimentos associativos e grupos informais de cidadãos como agricultores e costureiras tornam-se parceiros e coautores das obras de Svenja Tiger, Rodrigo Paglieri e Sara Rodrigues e Rodrigo Camacho / Landra. Artistas cujas práticas se prolongam à comunidade aproveitam o desconfinamento e o abrandamento de regras de distanciamento para chegar a públicos inusitados. Estabelecendo essas pontes, geram-se oportunidades para renovar o convite à participação da comunidade, que se sente cada vez mais dentro.



Rodrigo Paglieri, **Compasso**, 2021, Escultura mecânica e sonora, Feno, ferro, motor, sistema de som, 2,60 x 2,50 x 2,50 m

Sara Rodrigues e Rodrigo Camacho, **Cultura Emergente**, 2021, Cartazes para colunas Imagens de observações microscópicas de samples de solo retirados dos terrenos do Fórum da Maia e de terreno adjacente, 5 cartazes de 4 faces cada: cartolinas de 220g/m2, cola de trigo, 320 x 40 cm



Vítor Israel, **Marcha**, 2021, Gesso temperado com preto óxido de ferro, 57 x 72 x 15 cm (x12)

A forma ideal de se conseguir mudar alguma coisa na sociedade não é através de pequenas alterações, mas talvez com a construção de um modelo de mudança (uma espécie de *pre-view*). Se esse modelo for suficientemente cativante e robusto, a sociedade tenderá a deixar-se convencer, pois o ser humano é tendencialmente atraído pelo progresso e mudança. A cidade da Maia tem vindo a construir essa mudança através de gestos grandes e pequenos, que podem tornar-se invisíveis em alguns aspetos, mas que vão gerando e construindo essa mudança, sem que a mesma transtorne os hábitos da população. No contexto de uma investigação acerca de território, em 2008, a artista contemporânea Shilpa Gupta pediu a cerca de 100 pessoas para que desenhassem o seu país (a Índia) de memória. A artista verificou com esta experiência que os mapas desenhados eram todos diferentes, representando um lugar específico para cada um dos participantes, o que neste contexto remete para a impossibilidade de ambicionar algum tipo de coerência experiencial.

5 <https://streetartcei.com/index.php/sobre#>

6 Em *The Global Art Compass - New Directions in 21st Century Art*, Alistair Hicks, ed. Thames & Hudson, 2014, p. 111

*100 Hand drawn Maps of India*⁶ informa-nos que todos temos visões, práticas e sensibilidade estética diferentes, mas que podemos ainda unir-nos num planeamento territorial para o futuro, em articulação com o desenvolvimento sustentável e ambiental da nossa cidade, para que os hábitos culturais sejam cada vez mais naturalmente fruídos pela população de forma plena. Dessa forma, estamos seguros de que a Bienal da Maia 2021 contribuiu para a construção da identidade deste lugar que é a Maia e que, de forma recíproca, a cidade contribui para a possibilidade de uma identidade coletiva dos seus indivíduos, nas suas práxis culturais e estéticas.

Joana Mendonça
Doutora em Educação Artística
Docente na Escola Superior de Educação do Porto, UTC Artes Visuais
José Maia
Curador da Bienal da Maia 2021



CIÊNCIA VIVA: 25 ANOS A APROXIMAR A CIÊNCIA DOS CIDADÃOS

O que é a cultura científica? De forma muito simples e direta, é o que nos leva a não tomar antibióticos para as gripes, a pôr protetor solar antes de ir à praia ou a explicar aos nossos filhos que os lobos são essenciais para os ecossistemas e devem ser protegidos.

Estas práticas resultam de um corpo de conhecimentos em que confiamos, porque sabemos ter sido construído pelos cientistas a partir da observação, experimentação e revisão por outros cientistas, a forma mais segura de avançarmos na compreensão do mundo que nos rodeia. A ciência constrói-se a partir da curiosidade, alimenta-se do debate e da confrontação com a experiência. O respeito pelos factos e pela opinião dos outros está na base da cultura científica, que se torna deste modo um instrumento de cidadania. É uma apropriação não só dos resultados da ciência como dos seus métodos de descoberta.

E onde adquirimos essa cultura científica? Para a maioria de nós é na escola onde primeiro temos contacto com os processos de construção do conhecimento. E é na escola que muito se decide. Se as bases do mundo natural nos forem apresentadas como uma lista de conceitos desgarrados que temos de aceitar e memorizar sem discussão, estaremos a infringir os princípios básicos do método científico e a formar jovens que

irão considerar a ciência como uma prática difícil e enfadonha. Pior ainda, podemos estar a formar cidadãos que confundam a ciência com listas que usam terminologia científica para fazer passar crenças não alicerçadas na confrontação com a realidade, sejam dietas milagrosas, curas homeopáticas ou outras superstições do século XXI.

Os clubes de ciência têm um papel essencial na dinamização de novas formas de aprendizagem da ciência, de forma tangível e dinâmica. Para isso foi criada, em colaboração com o Ministério da Educação, uma rede de Clubes Ciência Viva na Escola onde os alunos desenvolvem os seus projetos e atividades com o apoio de parceiros como centros Ciência Viva, autarquias e unidades de investigação. Esta rede conta atualmente com 704 clubes, envolvendo mais de 600 000 alunos. Só no concelho da Maia, 7 agrupamentos escolares têm Clubes Ciência Viva na Escola. Para além dos clubes do Agrupamento de Escolas do Levante da Maia e do Agrupamento de Escolas do Castelo da Maia juntaram-se recentemente, na sequência de um concurso aberto no âmbito do PRR, os Agrupamentos de Escolas da Maia, Pedrouços, Gonçalo Mendes da Maia, Dr. Vieira de Carvalho e Águas Santas.

Mas cada vez mais a aprendizagem se estende para além da escola ou da universidade. A cultura científica é uma questão

de atitude e acompanha-nos toda a vida: faz-se cada dia no trabalho, na comunicação social, com os amigos, na internet à distância de um clique e nos museus e centros de ciência.

A Rede de Centros Ciência Viva, hoje 20 em todo o país, cria oportunidades aos cidadãos de contactar cientistas e novas descobertas. São espaços de moderna museologia científica que se instalam em edifícios emblemáticos, e onde a ciência, o conhecimento e inovação estão ao alcance de todos. Uma antiga prisão, em Vila do Conde, uma fábrica em Aveiro, uma igreja em Tavira ou um convento de mármore branco em Estremoz são alguns dos exemplos de edifícios conquistados para a ciência com o apoio das respetivas autarquias. Os centros Ciência Viva resultaram de iniciativas locais e foram sendo criados construindo parcerias duradouras. Cada centro está ancorado numa instituição do ensino superior e em pelo menos uma autarquia, para além de outras entidades públicas e privadas com relevo na sua região. Formam hoje uma rede dinâmica e crescente – a Rede de Centros Ciência Viva – que já recebeu mais de 10 milhões de visitantes.

Para os cidadãos adultos, a Rede de Centros Ciência Viva proporciona oportunidades de contacto com os grandes temas da atualidade e de interação com cientistas. Exposições, cafés de ciência, debates e passeios científicos são

alguns exemplos de uma programação variada, sempre em estreita ligação com a comunidade científica. No verão, observar o céu noturno, compreender a importância das pradarias marinhas e das zonas húmidas, ver como é produzida a eletricidade que consumimos, são exemplos de atividades acompanhadas por investigadores e especialistas que levam os cidadãos a olhar para o mundo que os rodeia com um novo olhar, o olhar da ciência. Todos os anos, desde 1996, milhares de cidadãos têm assim a oportunidade de dialogar diretamente com investigadores e técnicos e de se aperceber do papel da ciência na sociedade. Assim nasceu a Ciência Viva no Verão em Rede, agora realizada pela Rede de Centros Ciência Viva todos os verões, de 15 de julho a 15 de setembro. Apresenta-se, desde 1996, como o maior programa de divulgação científica para o grande público em Portugal. É-o pela diversidade das áreas científicas, pela abrangência geográfica, pela descentralização das ações e, acima de tudo, pelo número de intervenientes, público e promotores.

Parte deste programa está agora disponível todo o ano através dos Circuitos Ciência Viva. É um programa de turismo científico que tira partido da rica diversidade geográfica e cultural do nosso país e se materializa através de um cartão e uma aplicação que conferem vantagens aos aderentes, desde logo

entrada livre em toda a Rede de Centros Ciência Viva. As viagens de lazer das famílias tornam-se verdadeiras expedições científicas e culturais. A valorização da biodiversidade, do património geológico ou cultural afirmam-se como instrumentos decisivos de atração do público e, deste modo, do investimento, indispensável para a inovação económica e a fixação das novas gerações em todo o território nacional. Clubes Ciência Viva e Centros Ciência Viva formam duas redes que se entrelaçam para mobilizar os cidadãos para a ciência e assegurar a disseminação do conhecimento e a inovação. Em breve, a estas redes se irá juntar uma Rede de Quintas Ciência Viva, espaços públicos ancorados em comunidades de menor densidade populacional e muito centrados na produção local. As Quintas Ciência Viva vão contribuir para a valorização do interior e a coesão social e territorial, aproximando a comunidade científica da sociedade e do tecido empresarial local, num diálogo entre o saber fazer tradicional e o conhecimento mais atual. Clubes, centros de ciência e quintas materializam 25 anos de trabalho da Ciência Viva, criando uma grande rede integrada, à escala nacional. Esta rede permite disseminar o conhecimento e promover a apropriação da ciência pelos cidadãos,

contribuindo para o desenvolvimento harmonioso do território nacional como um todo coeso, numa forte ligação entre zonas rurais e urbanas, entre interior e litoral. O contacto direto com a comunidade científica, em todo o território nacional, é essencial para estabelecer a confiança no conhecimento, em que assenta a cultura científica. Portugal deu um salto quantitativo nos últimos 16 anos relativamente à perceção e atitudes dos cidadãos no que diz respeito à Ciência e à Tecnologia, como mostram resultados recentes, publicados em 2021, do Eurobarómetro para a Ciência e Tecnologia¹. Nos resultados de 2005, Portugal aparecia no final da tabela em literacia científica: apenas 20% dos Portugueses inquiridos conseguiram responder acertadamente a mais de 50% das 13 perguntas básicas de ciência. Os resultados atuais mostram que 80% responderam acertadamente a mais de 50% das perguntas e 29% responderam acertadamente a 8 ou mais questões das 13. Indica ainda que 99% dos Portugueses têm uma atitude positiva em relação ao papel da ciência na sociedade, a percentagem mais alta de toda a União Europeia. Em 2005, apenas 6% tinham visitado um centro de ciência. Em 2020, 59% visitaram um centro de ciência, um valor muito acima da média Europeia de 33%.

A promoção da cultura científica leva muito tempo. É como uma corrida de fundo: não adianta fazer grandes acelerações vistosas e parar a seguir à próxima curva. É preciso persistência e continuidade. É preciso que a cultura científica passe a fazer parte do dia-a-dia dos cidadãos, das escolas, das empresas. E a perceção dos cidadãos relativamente à ciência e à tecnologia não tem a ver apenas com a sua escolaridade, mas também com o processo de comunicação. Refletindo sobre os resultados do projeto europeu CONCISE² _ Ana Delicado e colaboradores afirmam: “É sem espanto que confirmamos uma maior confiança na informação científica proveniente de organismos oficiais do Estado e da comunidade científica (investigadores, unidades de investigação, ou universidades), vistos como motivados pelo interesse público e pela resolução de problemas sociais.”³ A colaboração com a comunidade científica sempre tem caracterizado toda a atividade da Ciência Viva, das parcerias dos clubes nas escolas à programação e conteúdos dos Centros Ciência Viva.

1 https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/IP_21_4645
2 <https://concise-h2020.eu/>
3 Ana Delicado, João Estevens e Jussara Rowland, A Comunicação de Ciência vista pelos Cidadãos, Jornal Público, 29 de novembro de 2020.

Esta corrida de fundo pela cultura científica não pode parar. Não podemos correr o risco de ficar sem fôlego antes de atingir a nossa meta: um país onde os cidadãos tomam as suas decisões e opções de vida com base no conhecimento, onde todas as comunidades têm acesso ao bem-estar e ao desenvolvimento económico.

Fica aqui o convite para visitar um Centro Ciência Viva perto de si:

Planetário do Porto – Centro Ciência Viva
<http://planetario.up.pt/pt/>
Galeria da Biodiversidade – Centro Ciência Viva
Casa Andresen, Jardim Botânico do Porto
<https://mhnc.up.pt/galeria-da-biodiversidade/>
Centro Ciência Viva de Vila do Conde
www.viladoconde.cienciaviva.pt
Centro Ciência Viva de Braga
Planetário, Casa da Ciência de Braga
<https://www.casacienciabraga.org/>

Ana Noronha
Doutorada em Física pelo Instituto Superior Técnico
Diretora Executiva da Ciência Viva



A FANTÁSTICA DESCOBERTA DA EMPREZA DO BOLHÃO

Nota prévia: escrever um artigo para a Terra Maia é sempre uma responsabilidade. Quando o mesmo é sobre a Empresa do Bolhão e a figura de Raul Caldevilla, esse peso é bem mais acrescido.

Estamos a falar sobre uma empresa que era possuidora de uma das maiores colecções de cartazes publicitários concebidos entre as décadas de 10 e 60 do séc. XX, além de antiga maquinaria e um importante acervo de rótulos e postais. Uma grande parte do que de melhor se fez em publicidade está reunido neste importante espólio da Empresa do Bolhão, a sucessora das empresas de Raul de Caldevilla.

Sem a luz dos holofotes e das câmaras, o espólio acumulado ao longo de anos vindo das antigas instalações do Porto, sitas no majestoso Palácio do Bolhão, acabaria por repousar na freguesia de Nogueira a partir de 1995 e integrou os bens da empresa Packigráfica, do Grupo Higifarma.

O impacto da descoberta

Tendo sido declarada a falência do Grupo Higifarma e vendido o recheio da empresa Packigráfica, surgia assim uma oportunidade única de aquisição de uma colecção de relevo. Quando soube dessa possibilidade, pensei que dificilmente chegaríamos a bom porto. Efectivamente, a proposta foi realizada e não sabíamos se sairíamos vencedores. Mas o que é certo: conseguimos.

A primeira visita às instalações em Nogueira é inesquecível. Como foi possível existir uma colecção daquela qualidade desde 2000, data da inauguração do Museu e quase ninguém ter conhecimento da sua existência, encontrando-se este mergulhado numa quase total clandestinidade?! A responsabilidade de tratar estes documentos históricos que ilustram a evolução da publicidade ao longo do séc. XX é pois, tremenda. Torna-se imperioso tratar, organizar, catalogar e cuidar deste material único. E colocá-lo à fruição de todos os maia-tos e da comunidade em geral.

Como tudo começou – Raul Caldevilla e a ETP

Raul de Caldevilla nasceu no Porto em 1877 e desde cedo revelou um espírito activo e inovador, tão característico dos portuenses. Frequentou o curso superior de comércio e percorreu vários países, divulgou o vinho do Porto pela América do Sul e iniciou-se na publicidade em Buenos Aires. De volta ao Porto, fundou uma agência de publicidade - a ETP (Escritório Técnico de Publicidade). Através de importantes apoios bancários fundou no Porto empresas como a *Propagandas Caldevilla*, a *Raul de Caldevilla & Cia. Lda*, e a *Caldevilla Film*. Foram seus sócios: Eduardo Kendall, João Manuel Lopes de

Oliveira e António de Oliveira. Aqui dedicou-se à criação e produção de cartazes de grande formato para publicidade exterior. Sucede-se a Empresa *Tecnica Publicitaria Film Grafica Caldevilla*, onde esteve como gerente da firma até 1923. Em ruptura com os sócios da empresa, abandonou a sociedade e esta originou a Empresa do Bolhão.

Raul de Caldevilla percebeu as transformações e inovações que surgem no início do séc. XX. Essa consciência de uma nova abordagem está presente na construção de um estúdio moderno e prático em terrenos que adquiriu em Lisboa: a Quinta das Conchas.

Para concretizar as suas ideias, contratou em França os realizadores Georges Pallu e Maurice Mariaud e alguns técnicos. Em 1921, Caldevilla até vê ser aprovada pelo Governo uma isenção de pagamento de impostos por 10 anos, que acabou por pouco usufruir. Talvez demasiado ambicioso, o projecto rapidamente terminaria por falta de financiamento dos outros sócios.





A escalada da Torre dos Clérigos em 1917

Em 1917, tem lugar no Porto um acontecimento extraordinário. Através dos Puertollanos, Caldevilla idealiza um golpe publicitário que entrará na história - “Um Chá nas Nuvens”. Como forma de dar a conhecer uma nova marca de bolachas, as “*Petit Beurre*”, Caldevilla contrata os ginastas espanhóis, pai e filho, e coloca-os a trepar os 75 metros da granítica Torre dos Clérigos. O feito juntou uma multidão nunca vista, milhares de pessoas amontoaram-se para ver tal inédita proeza. E ao alcançarem o topo, a dupla montou uma mesinha e bebeu um chá acompanhado, pelas novas bolachas da Fábrica Invicta. Do alto da Torre, lançaram pequenos papelinhos publicitando as novas bolachas, numa genial acção de propaganda. Caldevilla registou o feito em filme e pouco tempo depois, os 17 minutos de filme acabariam por esgotar as salas de cinema, conforme os jornais da época. Um sucesso.

A Empresa do Bolhão – sucessora de várias outras empresas

Para Raul Caldevilla, a publicidade moderna para ser eficaz, deveria ser concebida “...com critérios, com dizeres e símbolos claros, com linhas artísticas e atraentes, com engenho e

nitidez, sem coloridos grosseiros, elegante, simples, grandiosa quando possível, sem nunca ser pesada ou como que brumosa e monótona”.

Seguindo esta matriz deixada por Raul Caldevilla, a nova Empresa do Bolhão, sucessora de todas as outras por ele criadas, vai aproveitar esta visão e aplicar estes ensinamentos na criação de imagens que invadirão primeiro o Porto e depois surgirão ao longo das linhas de comboio, nas cidades, nos estabelecimentos comerciais, espalhadas um pouco por todo o país. Curioso que a figura deste homem inovador acabará por ser ignorada e pouco valorizada pela Empresa, sendo poucas as referências à figura do ousado Caldevilla nos primórdios da mesma.

Segundo os registos do livro de actas, a Empresa do Bolhão foi constituída a 17-5-1923, tendo sede social na Rua Formosa, no Palácio do Bolhão. Este imóvel alugado estava sujeito ao pagamento de uma renda a D. Ambrosina Olímpia Pereira de Loureiro Pizarro, Baronesa de Fragosela, viúva de Gaspar de Sá Sottomayor Pizarro Loureiro. O valor do arrendamento do Palácio do Bolhão era de 219\$30 (1,10€) por mês ou 2632\$00 (14,09€) anuais.

Os sócios que detinham participação na empresa eram: Raul de Oliveira, João Manuel Lopes de Oliveira (eleito gerente com ordenado mensal de 200\$00 e 10% dos lucros), Primo Monteiro Madeira, Carlos Alberto de Vasconcelos Pereira, José Gaspar Ferreira Gonçalves, Joaquim Gaudêncio Rodrigues Pacheco e Emídio Pereira do Vale.

No ano de 1928, a sociedade detentora da Empresa do Bolhão passa a ter como únicos sócios: João Manuel Lopes de Oliveira e Raul Lopes de Oliveira. Decorridos os primeiros anos, a Empresa do Bolhão começava a prosperar e conseguia fidelizar os seus clientes, com especial incidência para os do vinho e águas, através das relações privilegiadas com os irmãos Calém, Adriano Ramos Pinto, o universo “Vidago, Melgaço e Pedras Salgadas” e até mesmo com João Sommer Ribeiro e Carlos Champalimaud.

No ano de 1939, Raul Lopes de Oliveira fica à frente dos destinos da Empresa, continuando a obra iniciada por seu pai, juntamente com o seu irmão João Lopes de Oliveira. Após o prematuro falecimento do irmão, Raul Oliveira dedicou toda a sua vida a esta Empresa, desenvolvendo-a e modernizando-a. Na década de 60, o seu filho Raul Manuel Alves Machado de Oliveira torna-se Administrador da Empresa do Bolhão. Raul Machado de Oliveira conseguiu a sobrevivência da empresa ao período conturbado do 25 de abril, época complicada do ponto de vista financeiro e laboral. Depois de anos de prejuízos e da realização de uma injeção de capital pelo Banco Borges & Irmão, a empresa volta aos saldos positivos.

A integração na Packigráfica / Higifarma

Raul Machado de Oliveira sofre um acidente em dezembro de 1988 e acaba por falecer em 1990. Em outubro desse ano, a Higifarma torna-se na única acionista da Empresa do Bolhão, passando a ter como administradores: Dr. Caetano Beirão da Veiga, Dr. Alexandre Matos e Helder Almeida, o Presidente da Higifarma. Surge então a Packigráfica, o resultado directo da aquisição de uma instituição centenária por um dinâmico e seguro grupo. “É a vibrante evolução de produto de duas companhias de sucesso: Empresa do Bolhão e Grupo Higifarma”, segundo o que se podia ler numa brochura do Grupo.

Anos mais tarde, também é adquirida outra instituição de referência nas artes gráficas: a Litografia Nacional, situada na Rua Alves da Veiga no Porto, em tempos propriedade de Inácio Alberto de Sousa e depois do filho, António Russel de Sousa. Estes também eram donos da Litografia Lusitana na Boavista, outra empresa absorvida. Também a POLIGRÁFICA, herdeira da Gráfica Progredior e antiga Litografia Progresso, acabou por ser adquirida.

Em 1995, após quase 80 anos no Palácio do Bolhão, são transferidas todas as operações da Empresa do Bolhão para Nogueira da Maia, inseridas num renovado complexo indus-

trial no lugar do Rio, aproveitando as antigas instalações da Ajacto. A 9-4-1996, conforme podemos ver numa reportagem da RTP2, a Empresa do Bolhão estudava propostas para a venda de um espólio de cartazes portugueses antigos e únicos, com elevado valor histórico, para uma leiloeira inglesa, alegando “falta de espaço para expor tanto material”. Parte desse espólio acabou por permanecer na Empresa do Bolhão, inserido no Museu até aos nossos dias.

Nos últimos tempos deste grupo económico, a Packigráfica / Empresa do Bolhão estava encarregue das embalagens em cartão – produtos alimentares, vinhos, eletrodomésticos e até de medicamentos; a EuroDisplay ocupava-se dos expositores de chão e de balcão enquanto a Litográfica do Sul fabricava os rótulos em papel e etiquetas.

Com esta divisão de empresas e consequente especialização, o traço tão característico do Bolhão acabava por desaparecer definitivamente, longe ficavam os tempos dos riscos de Diogo de Macedo, Kradolfer, Almada Negreiros, Roque Gameiro e até o portuense Cruz Caldas, os tão reconhecidos cartazes que granjearam fama e que tinham entrado para a História da Publicidade, já eram coisa do passado.

Com a queda do BES em 2014, o Grupo Higifarma começou a sentir dificuldades de financiamento e o que parecia uma sólida concentração empresarial, acaba por cair como um castelo de cartas, levando consigo todas as empresas do Grupo – Packigráfica, EuroDisplay, Litográfica do Sul, Lifresca, Etiforma, Laboplaste e Eurembal.

Terminava assim, de forma inglória e envergonhada, aquela que foi umas das Empresas mais marcantes do Séc. XX na área das artes gráficas, publicidade e também das artes plásticas. Fica a memória de tempos únicos, de slogans e imagens que entraram para a história.

Saibamos agora ser dignos herdeiros de tão importante acervo.

Rui Teles de Menezes

Historiador e Técnico Superior de História da Câmara Municipal da Maia

Bibliografia

COSTA, Alves, Raul de Caldevilla, Cinemateca Portuguesa, 1982

LOBO, Thereza, Cartazes Publicitários - Colecção da Empresa do Bolhão, edições Inapa, 2001

RIBEIRO, M. Félix, Filmes, Figuras e Factos da História do Cinema Português 1896-1949, Cinemateca Portuguesa, 1983

BAPTISTA, Tiago Ribeiro Ramos, “Sobre alguns cartazes de Raul Caldevilla 1916-1923”, 1998, trabalho policopiado de avaliação para a cadeira de História da Arte Contemporânea da FCSHUNL

Actas da Direcção da Empresa do Bolhão 1923-1994

Revista de Turismo, Ano VI, II série, 5 setembro 1921

Diário do Governo, II série, número 92, 23 abril de 1921

FECHO: AGUARDEMOS...!

“Saber que sabemos o que sabemos, e saber que não sabemos o que não sabemos, esta é a verdadeira sabedoria”.

Nicolau Copérnico (Torún, 1473; Frombork, 1543)

É de hábito cada número da TM encerrar com um pequeno texto que lança o tema-assunto do número seguinte.

À semelhança dos muitos hábitos que vamos percebendo que, afinal, teremos que desacostumar, neste “Fecho” não apresentarei tema-assunto para a TM#06, a dar à estampa no final do Outono deste ano.

Ao invés deixo um parágrafo com o qual imagino que qualquer leitor condescenderá e, na melhor das hipóteses, nos fará chegar expressão da sua forma de ver (revistaterra-maia@cm-maia.pt).

Não saber se continuamos a saber o que julgávamos saber é terrível e torna inalcançável saber o que não sabemos. Num frenético turbilhão de informação instantânea insidiosa, cava-se uma distância prodigiosa para a sabedoria. Na verdade, abala mesmo a capacidade de comunicarmos. Talvez.

Antecipo que, pelo Outono próximo, a TM terá que procurar quem nos ajude a saber o que deixámos de saber saber. No mínimo, chegar a quem nos ajude a saber o que já não sabemos, como “um novo começo”, mesmo que precário.

Façamos comunidade! Cooperação, partilha, solidariedade, união, afecto, comunidade!

Vamos precisar. E muito!

Boa leitura.

José Carlos Portugal
Arquitecto, Consultor do Município da Maia

Post scriptum

Este número 5 da Terra Maia, concebido e acabado para ser impresso na Primavera de 2022, sofreu dificuldades procedimentais difíceis de obviar.

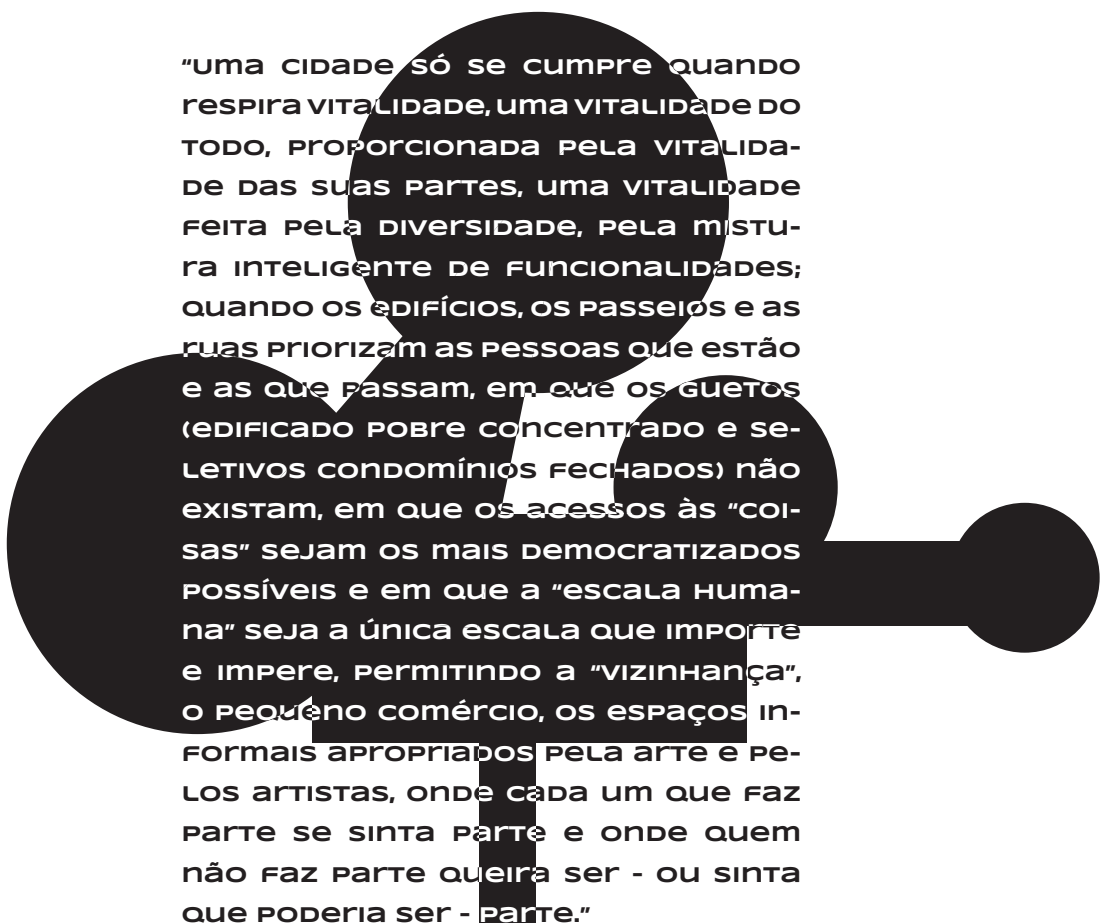
Entretanto, acresceu a contingência do contexto de dificuldades pós-pandemia e a irrupção de uma guerra na Europa, com reflexos em todo o espectro das actividades económicas. Uma conjugação de factores que nos obrigou a retardar esta publicação em um ano.

Um lamentável fiasco pelo qual, naturalmente, apresentamos sinceras desculpas aos autores dos textos.

De todo o modo, a equipa editorial reviu os conteúdos e assegurou-se de que, pela sua qualidade essencial e geral, poderiam ser mantidos como relevantes mesmo para uma publicação retardada.

Foi actualizada a peça sobre as redes de caminhos pedonais no Concelho da Maia dado que, num ano, muito progresso se conseguiu.

José Carlos Portugal
Prelada, Domingo, 9 de Abril de 2023

An abstract graphic consisting of several black circles and lines of varying sizes. A large circle is on the left, with a smaller one above it. A horizontal line extends from the right side of the large circle, ending in a small circle. Another line extends from the bottom of the large circle, ending in a small circle. The text is centered within the composition.

"uma cidade só se cumpre quando respira vitalidade, uma vitalidade do todo, proporcionada pela vitalidade das suas partes, uma vitalidade feita pela diversidade, pela mistura inteligente de funcionalidades; quando os edifícios, os passeios e as ruas priorizam as pessoas que estão e as que passam, em que os guetos (edificado pobre concentrado e seletivos condomínios fechados) não existam, em que os acessos às "coisas" sejam os mais democratizados possíveis e em que a "escala humana" seja a única escala que importe e impere, permitindo a "vizinhança", o pequeno comércio, os espaços informais apropriados pela arte e pelos artistas, onde cada um que faz parte se sinta parte e onde quem não faz parte queira ser - ou sinta que poderia ser - parte."

Mário Nuno Neves